

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	431.239
Preferenciais	0
Total	431.239
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.040
Preferenciais	0
Total	3.040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.852.080	2.609.022
1.01	Ativo Circulante	927.327	997.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.277	9.687
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.006	196.438
1.01.03	Contas a Receber	394.730	493.692
1.01.03.01	Clientes	394.730	493.692
1.01.04	Estoques	244.919	185.092
1.01.06	Tributos a Recuperar	95.557	34.799
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120.838	77.831
1.01.08.03	Outros	120.838	77.831
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	26.620	25.361
1.01.08.03.02	Outros créditos	67.849	52.470
1.01.08.03.03	Ganhos não realizados com derivativos	26.369	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.924.753	1.611.483
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	466.923	401.534
1.02.01.06	Tributos Diferidos	87.406	87.491
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	87.406	87.491
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	379.517	314.043
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	12.929	4.921
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	356.054	289.070
1.02.01.09.05	Outros	10.534	20.052
1.02.02	Investimentos	1.213.123	1.099.188
1.02.02.01	Participações Societárias	1.213.123	1.099.188
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.213.123	1.099.188
1.02.03	Imobilizado	220.911	92.175
1.02.04	Intangível	23.796	18.586

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.852.080	2.609.022
2.01	Passivo Circulante	1.077.961	741.185
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.790	63.769
2.01.02	Fornecedores	161.603	113.232
2.01.03	Obrigações Fiscais	163.195	199.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.946	60.086
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	263.946	60.086
2.01.05	Outras Obrigações	427.427	304.400
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	381.937	246.589
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	381.937	246.589
2.01.05.02	Outros	45.490	57.811
2.01.05.02.04	Provisões para perdas contratos de swap	0	3.340
2.01.05.02.05	Outras obrigações	0	54.471
2.02	Passivo Não Circulante	818.562	610.336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	536.681	368.356
2.02.04	Provisões	281.881	241.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.011	53.282
2.02.04.02	Outras Provisões	231.870	188.698
2.02.04.02.04	Obrigações Fiscais	217.162	175.575
2.02.04.02.05	Provisão para plano de assistência médica	14.708	13.123
2.03	Patrimônio Líquido	955.557	1.257.501
2.03.01	Capital Social Realizado	427.073	418.061
2.03.02	Reservas de Capital	53.425	149.613
2.03.04	Reservas de Lucros	284.074	713.023
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	208.377	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-17.392	-23.196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.438.438	4.118.662	1.371.636	3.837.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-575.784	-1.664.792	-549.419	-1.586.255
3.03	Resultado Bruto	862.654	2.453.870	822.217	2.250.780
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-578.102	-1.667.609	-536.215	-1.468.569
3.04.01	Despesas com Vendas	-387.193	-1.103.032	-361.218	-970.050
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-198.428	-599.824	-176.479	-500.231
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-194.893	-590.113	-173.117	-490.021
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-3.535	-9.711	-3.362	-10.210
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2.158	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.300	0	-1.412	-2.530
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.819	33.089	2.894	4.242
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	284.552	786.261	286.002	782.211
3.06	Resultado Financeiro	-8.742	-38.475	-11.887	-27.460
3.06.01	Receitas Financeiras	57.096	69.353	9.511	32.805
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.838	-107.828	-21.398	-60.265
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	275.810	747.786	274.115	754.751
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.227	-207.592	-82.417	-230.002
3.08.01	Corrente	-51.437	-207.507	-86.197	-228.504
3.08.02	Diferido	-22.790	-85	3.780	-1.498
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.583	540.194	191.698	524.749
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	201.583	540.194	191.698	524.749
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46870	1,25420	0,44500	1,21880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46820	1,25270	0,44240	1,21280

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	201.583	540.194	191.697	524.749
4.02	Outros Resultados Abrangentes	14.211	5.804	-2.656	-3.976
4.03	Resultado Abrangente do Período	215.794	545.998	189.041	520.773

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	632.454	651.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	729.991	762.496
6.01.01.01	Lucro líquido	540.194	524.749
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	15.766	9.506
6.01.01.03	Provisão (reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	-14.627	1.782
6.01.01.04	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-2.859	-1.572
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-16.982	-10.418
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	207.592	230.002
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	2.395	-1.021
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	-33.089	-4.242
6.01.01.09	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	38.077	5.271
6.01.01.10	Variação cambial sobre outros ativos e passivos	1.446	35
6.01.01.11	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	4.540	2.526
6.01.01.12	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-9.014	2.863
6.01.01.13	Provisão para perdas nos estoques	6.854	3.015
6.01.01.14	Provisão com plano de assistência médica	1.585	0
6.01.01.15	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-11.887	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	162.817	53.644
6.01.02.01	(aumento)/redução - AC/Contas a receber	107.976	37.997
6.01.02.02	(aumento)/redução - AC/Estoques	-66.681	-64.085
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-56.879	21.043
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-6.791	-20.458
6.01.02.05	aumento/(redução) - PC/ Fornecedores	45.642	-1.097
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	-1.979	7.631
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig.Tributárias	15.574	30.723
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	126.367	44.580
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-412	-2.690
6.01.03	Outros	-260.354	-164.525
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-217.997	-143.923
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-15.082	-2.251
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-27.275	-18.351
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-271.020	-140.958
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-153.149	-34.604
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	1.994	2.019
6.02.03	Depósitos judiciais	-50.002	-56.666
6.02.04	Aumento de capital nas subsidiárias	-103.863	-81.707
6.02.05	Recebimento de dividendos de controladas	34.000	30.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-496.276	-636.112
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-231.883	-514.800
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	593.266	513.980
6.03.03	Aumento de capital por subscrição	9.012	11.694

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-430.079	-357.611
6.03.05	Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio	-332.809	-289.375
6.03.06	Compra de ações em tesouraria	-104.452	0
6.03.07	Venda de ações em tesouraria	669	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-134.842	-125.455
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	206.125	254.463
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.283	129.008

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.012	-103.783	-430.079	-332.809	0	-857.659
5.04.01	Aumentos de Capital	9.012	0	0	0	0	9.012
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-103.783	0	0	0	-103.783
5.04.06	Dividendos	0	0	-430.079	-332.809	0	-762.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	540.194	5.804	545.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.194	0	540.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.804	5.804
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.804	5.804
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.595	1.130	992	0	9.717
5.06.01	Constituição de Reservas	0	7.595	0	992	0	9.717
5.07	Saldos Finais	427.073	53.425	284.074	208.377	-17.392	955.557

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	404.261	142.981	611.302	0	-18.723	1.139.821
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	404.261	142.981	611.302	0	-18.723	1.139.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.694	0	-357.611	-289.375	0	-635.292
5.04.01	Aumentos de Capital	11.694	0	0	0	0	11.694
5.04.06	Dividendos	0	0	-357.611	-289.375	0	-646.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	524.749	-3.976	520.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	524.749	0	524.749
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.976	-3.976
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.976	-3.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.308	4.434	-483	0	8.259
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.308	4.434	-483	0	8.259
5.07	SalDOS Finais	415.955	147.289	258.125	234.891	-22.699	1.033.561

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	4.810.021	4.496.850
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.861.127	4.509.699
7.01.02	Outras Receitas	2.158	-2.530
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-53.264	-10.319
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.233.044	-2.978.769
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.828.455	-1.724.281
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.404.589	-1.254.488
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.576.977	1.518.081
7.04	Retenções	-15.766	-9.506
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.766	-9.506
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.561.211	1.508.575
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	102.442	37.047
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.089	4.242
7.06.02	Receitas Financeiras	69.353	32.805
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.663.653	1.545.622
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.663.653	1.545.622
7.08.01	Pessoal	178.931	156.770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	826.715	800.025
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.813	64.078
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	540.194	524.749

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.508.253	3.221.871
1.01	Ativo Circulante	1.912.436	1.869.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.006	38.314
1.01.02	Aplicações Financeiras	281.789	521.915
1.01.03	Contas a Receber	480.584	570.280
1.01.03.01	Clientes	480.584	570.280
1.01.04	Estoques	738.712	571.525
1.01.06	Tributos a Recuperar	233.441	101.464
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120.904	66.399
1.01.08.03	Outros	120.904	66.399
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	26.665	0
1.01.08.03.02	Outros créditos	94.239	66.399
1.02	Ativo Não Circulante	1.595.817	1.351.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	746.973	671.434
1.02.01.06	Tributos Diferidos	192.553	180.259
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.553	180.259
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	554.420	491.175
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	112.170	109.264
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	406.494	337.007
1.02.01.09.05	Outros	35.756	44.904
1.02.03	Imobilizado	703.601	560.467
1.02.04	Intangível	145.243	120.073

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.508.253	3.221.871
2.01	Passivo Circulante	1.537.257	1.190.650
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	161.465	162.747
2.01.02	Fornecedores	473.757	366.494
2.01.03	Obrigações Fiscais	395.324	366.006
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	455.100	226.595
2.01.05	Outras Obrigações	51.611	68.808
2.01.05.02	Outros	51.611	68.808
2.01.05.02.04	Provisões para perdas contratos de swap	0	4.061
2.01.05.02.05	Outras obrigações	51.611	64.747
2.02	Passivo Não Circulante	1.015.438	773.719
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	670.393	465.068
2.02.04	Provisões	345.045	308.651
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.657	73.784
2.02.04.02	Outras Provisões	281.388	234.867
2.02.04.02.04	Obrigações fiscais	259.016	215.125
2.02.04.02.05	Provisão para plano de assistência médica	22.372	19.742
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	955.558	1.257.502
2.03.01	Capital Social Realizado	427.073	418.061
2.03.02	Reservas de Capital	53.425	149.613
2.03.04	Reservas de Lucros	284.074	713.023
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	208.377	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-17.392	-23.196
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.381.433	3.920.896	1.281.212	3.579.222
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-413.665	-1.169.931	-364.403	-1.076.198
3.03	Resultado Bruto	967.768	2.750.965	916.809	2.503.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-662.626	-1.905.344	-609.555	-1.669.467
3.04.01	Despesas com Vendas	-500.337	-1.409.630	-440.964	-1.203.562
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-166.507	-516.724	-167.637	-451.797
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-163.983	-507.013	-164.275	-441.587
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-2.524	-9.711	-3.362	-10.210
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.218	21.010	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-954	-14.108
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	305.142	845.621	307.254	833.557
3.06	Resultado Financeiro	-4.445	-35.735	-15.480	-34.853
3.06.01	Receitas Financeiras	49.815	99.582	2.145	39.827
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.260	-135.317	-17.625	-74.680
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	300.697	809.886	291.774	798.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-99.114	-269.692	-100.079	-273.955
3.08.01	Corrente	-72.847	-281.986	-111.115	-299.538
3.08.02	Diferido	-26.267	12.294	11.036	25.583
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	201.583	540.194	191.695	524.749
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	201.583	540.194	191.695	524.749
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	201.583	540.194	191.695	524.749
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46870	1,25420	0,44500	1,21880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46820	1,25270	0,44240	1,21280

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	201.583	540.194	191.697	524.749
4.02	Outros Resultados Abrangentes	14.211	5.804	-2.656	-3.976
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	215.794	545.998	189.041	520.773
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	215.794	545.998	189.041	520.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	483.492	686.875
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	897.561	910.163
6.01.01.01	Lucro líquido	540.194	524.749
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	78.993	65.336
6.01.01.03	Provisão (reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	-12.344	4.259
6.01.01.04	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-9.712	1.186
6.01.01.05	Atualização monetária de depósitos judiciais	-38.497	-12.471
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social	269.692	273.955
6.01.01.07	Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	5.733	14.719
6.01.01.08	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	47.989	5.071
6.01.01.09	Variação cambial sobre outros ativos e passivos	-4.458	692
6.01.01.10	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	9.717	8.259
6.01.01.11	Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	323	465
6.01.01.12	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-6.651	2.763
6.01.01.13	Provisão para perdas nos estoques	44.664	21.180
6.01.01.14	Provisão com plano de assistência médica	2.630	0
6.01.01.15	Reconhecimento de crédito tributário extemporâneo	-13.860	0
6.01.01.16	Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	-16.852	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-90.453	-24.487
6.01.02.01	(aumento)/redução - AC/Contas a receber	96.347	22.474
6.01.02.02	(aumento)/redução - AC/Estoques	-211.851	-135.168
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-104.494	-26.937
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros ativos	-15.533	-9.188
6.01.02.05	aumento/(redução) - PC/ Fornecedores	103.631	64.084
6.01.02.06	aumento/(redução) - Salários	-1.282	35.552
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig.Tributárias	56.280	4.403
6.01.02.08	aumento/(redução) - Outros passivos	-13.136	23.008
6.01.02.09	aumento/(redução) - Prov. Conting.	-415	-2.715
6.01.03	Outros	-323.616	-198.801
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-265.057	-174.117
6.01.03.02	Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	-18.382	-3.043
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-40.177	-21.641
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.089	-187.749
6.02.01	Adições de imobilizado e intangível	-251.825	-138.798
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	3.726	7.906
6.02.03	Depósitos judiciais	-30.990	-56.857
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-426.637	-620.940
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-321.429	-643.275
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	752.451	657.627
6.03.03	Pagamento de dividendo e jcp	-430.079	-357.611
6.03.04	Antecipação de dividendo e jcp	-332.809	-289.375
6.03.05	Compra de ações em tesouraria	-104.452	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.03.06	Venda de ações em tesouraria	669	0
6.03.07	Aumento de capital	9.012	11.694
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	800	-3.858
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-221.434	-125.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	560.229	500.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	338.795	374.622

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	418.061	149.613	713.023	0	-23.196	1.257.501	1	1.257.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.012	-103.783	-430.079	-332.809	0	-857.659	0	-857.659
5.04.01	Aumentos de Capital	9.012	0	0	0	0	9.012	0	9.012
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-103.783	0	0	0	-103.783	0	-103.783
5.04.06	Dividendos	0	0	-430.079	-332.809	0	-762.888	0	-762.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	540.194	5.804	545.998	0	545.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.194	0	540.194	0	540.194
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.804	5.804	0	5.804
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.804	5.804	0	5.804
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.595	1.130	992	0	9.717	0	9.717
5.06.01	Constituição de Reservas	0	7.595	1.130	992	0	9.717	0	9.717
5.07	Saldos Finais	427.073	53.425	284.074	208.377	-17.392	955.557	1	955.558

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	404.261	142.981	611.302	0	-18.723	1.139.821	1	1.139.822
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.261	142.981	611.302	0	-18.723	1.139.821	1	1.139.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.694	0	-357.611	-289.375	0	-635.292	0	-635.292
5.04.01	Aumentos de Capital	11.694	0	0	0	0	11.694	0	11.694
5.04.06	Dividendos	0	0	-357.611	-289.375	0	-646.986	0	-646.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	524.749	-3.976	520.773	0	520.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	524.749	0	524.749	0	524.749
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.976	-3.976	0	-3.976
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.976	-3.976	0	-3.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.308	4.434	-483	0	8.259	0	8.259
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.308	4.434	-483	0	8.259	0	8.259
5.07	Saldos Finais	415.955	147.289	258.125	234.891	-22.699	1.033.561	1	1.033.562

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	5.259.230	4.816.129
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.295.495	4.842.702
7.01.02	Outras Receitas	21.010	-14.108
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-57.275	-12.465
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.920.531	-2.675.531
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.881.586	-1.727.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.038.945	-948.147
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.338.699	2.140.598
7.04	Retenções	-78.993	-65.336
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.993	-65.336
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.259.706	2.075.262
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.582	39.827
7.06.02	Receitas Financeiras	99.582	39.827
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.359.288	2.115.089
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.359.288	2.115.089
7.08.01	Pessoal	656.304	540.528
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.005.537	952.530
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.253	97.282
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	540.194	524.749

Comentário do Desempenho

São Paulo, 26 de outubro de 2011 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBOVESPA: NATU3) anuncia hoje os resultados do terceiro trimestre de 2011 (3T11). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em **base consolidada**, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

Introdução

No terceiro trimestre de 2011 (3T11), a Natura apresentou receita líquida consolidada de R\$ 1.381,4 milhões, com crescimento de 7,8%. O EBITDA foi de R\$ 333,3 milhões, avanço de 3,0% em relação ao ano anterior, com margem de 24,1% e o lucro líquido de R\$ 201,6 milhões, com evolução de 5,2%.

No acumulado dos primeiros nove meses do ano (9M11), a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.920,9 milhões, com crescimento de 9,5%. O EBITDA foi de R\$ 924,6 milhões, evolução de 2,9% em relação ao mesmo período de 2010, com margem de 23,6%. O lucro líquido foi de R\$ 540,2 milhões, avanço de 2,9%.

Em nossa operação no Brasil, a receita líquida evoluiu 5,5% no 3T11, atingindo R\$ 1.249,3 milhões (R\$ 3.576,6 milhões nos 9M11, com crescimento de 7,8%). A margem EBITDA no 3T11 alcançou 27,9% em comparação com 29,4% do 3T10 (27,3% nos 9M11 contra 28,9% do ano anterior).

Nossas operações internacionais seguem crescendo em ritmo acelerado. A receita avançou 42,8% em moeda local no trimestre, alcançando R\$ 132,1 milhões e R\$ 344,3 milhões nos 9M11, com evolução de 38,8%. O EBITDA¹ mostrou um prejuízo de R\$ 14,8 milhões no 3T11, melhora de 39,3% em relação aos R\$ 24,2 milhões de prejuízo no 3T10. Nos 9M11 o prejuízo foi de R\$ 52,0 milhões (R\$ 59,8 milhões nos 9M10). No acumulado do ano, a receita das operações internacionais já representa 8,8% sobre a receita total (7,3% no ano anterior).

As operações em consolidação (Argentina, Chile e Peru) apresentaram, no trimestre, crescimento de 40,3% na receita em moeda local e 33,7% nos 9M11. O resultado operacional segue em evolução, alcançando R\$ 9,4 milhões no 3T11 (margem EBITDA de 10,3%) em comparação com R\$ 2,8 milhões no 3T10. No acumulado do ano o resultado operacional somou R\$ 18,8 milhões com margem EBITDA de 8,3%. Nas operações em implantação

¹ Considera EBITDA pro forma

Comentário do Desempenho

(México e Colômbia), a receita apresentou crescimento de 56,6% no trimestre (56,4% no acumulado do ano).

Seguimos trabalhando na evolução de nosso modelo comercial de forma a estimular o empreendedorismo, integrando a geração de valor econômico, social e ambiental. Neste sentido, no México continuamos a implementação da “Red de Relaciones Sustentables” (Rede de Relações Sustentáveis) e na Colômbia demos início à implantação do modelo CNO ao final do terceiro trimestre.

Nosso canal de vendas mantém firme expansão, resultado dos investimentos que fizemos nos anos recentes. Ao final do 3T11, a base consolidada de consultoras atingiu 1.362 mil, um crescimento de 16,3%. No Brasil, alcançamos 1.131 mil consultoras, com uma ampliação de 14,9%. Nas operações internacionais, o avanço foi de 23,2%, totalizando 230 mil consultoras.

Neste trimestre destacamos o lançamento da nova linha de produtos VôVô, que tem a proposta inovadora de celebrar a relação entre avós e netos. Iniciamos também o relançamento da linha Natura Ekos, que será concluída até o final do ano, com novas fórmulas e embalagens, que aprofundam a conexão dos produtos com a biodiversidade brasileira. No terceiro trimestre, lançamos 69 novos produtos, que somados aos 40 do primeiro semestre, completam 109 produtos lançados nos 9M11.

De acordo com os dados mais recentes da ABIHPEC/SIPATESP², o mercado alvo de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos no Brasil cresceu 9,3% em termos nominais nos primeiros seis meses de 2011. A Natura manteve sua participação de mercado de 24,6%.

Neste ano, o crescimento da Natura no Brasil está abaixo do apresentado no ano passado e aquém de nossas expectativas. Reflexo de fatores externos como a desaceleração na taxa de crescimento do mercado de higiene pessoal perfumaria e cosméticos, do acirramento da concorrência e de fatores internos.

Neste trimestre, a implementação conjunta de projetos que visam promover evoluções importantes nos sistemas de captação e faturamento de pedidos e na melhoria em nosso modelo logístico, com a abertura de novos centros de distribuição e a reformulação de nossos processos de planejamento, provocaram uma significativa instabilidade nos sistemas e processos transacionais, o que prejudicou a qualidade dos nossos serviços e causou um

² Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador no Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Comentário do Desempenho

aumento no volume de produtos não disponíveis para venda. Já colocamos todos os recursos e a energia necessária para recuperar a estabilidade de nossa operação no curto prazo e estamos seguros que essas iniciativas vão mudar o patamar de serviços prestados e capacitar nossa empresa para continuar a crescer.

Adicionalmente identificamos a oportunidade de ganhar eficiência na gestão das promoções, de forma a aumentar sua alavancagem e a reduzir custos, e que terá efeito a partir do início do próximo ano. Outra ação importante é a intensificação dos programas de redução de custos e de ganhos de eficiência operacional, cujos resultados são fonte dos investimentos necessários para garantir nossa competitividade no mercado brasileiro.

Entendemos que a contínua expansão de nossa base de consultoras representa uma grande oportunidade de crescimento para a Natura por meio do estímulo à produtividade, reflexo da série de medidas que já adotamos para melhorar o nível de serviços e a gestão das promoções, e da ampliação do portfólio de produtos para segmentos de preços e categorias nas quais ainda não atuamos. Vale destacar ainda que essas ações serão sustentadas pelos investimentos, tanto em pesquisa e desenvolvimento de produtos e conceitos, como em inovação comercial, com ênfase nos meios digitais, que terão papel significativo na ampliação do nosso relacionamento com as consultoras, viabilizando assim uma experiência de compra ainda melhor aos nossos consumidores finais.

Mercado de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

Segundo dados da Sipatesp/Abihpec, o mercado alvo teve uma evolução de 9,3% no período. A Natura manteve sua participação no mercado, com market share de 24,6%.

➤ ABIHPEC/SIPATESP – mercado alvo de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos no Brasil e *market share* Natura

	Mercado Alvo (R\$ milhões)			Market Share - Natura (%)		
	6M11	6M10	Var. %	6M11	6M10	Var. pp
Cosméticos e Fragrâncias	4.323,3	3.996,7	8,2%	37,9%	37,3%	0,6
Higiene Pessoal	5.025,4	4.556,0	10,3%	13,1%	13,4%	(0,3)
Total	9.348,7	8.552,7	9,3 %	24,6 %	24,6 %	0,0

Fonte: SIPATESP

Comentário do Desempenho

Desempenho socioambiental

Neste trimestre, destacamos a implantação de nosso novo processo de seleção e desenvolvimento de fornecedores, que incorpora de maneira prática e objetiva a performance socioambiental ao critério econômico, tornando nossas decisões da cadeia de suprimentos efetivamente alinhadas ao *triple-bottom line* e alavancando o desenvolvimento sustentável de nossos parceiros. Desenvolvemos uma metodologia que traduz para valores monetários a performance socioambiental de cada fornecedor. Esse processo foi estruturado e aplicado para os seguintes aspectos: CO₂; água; resíduos sólidos; educação; treinamento; segurança do trabalho; inclusão social; e investimentos diretos na sociedade. Os resultados da primeira fase de implantação foram encorajadores. Tivemos um alto nível de engajamento de nossos fornecedores, e resultados excelentes associados a redução de custo e a melhorias relevantes socioambientais.

No acompanhamento de nossos principais indicadores socioambientais, prosseguimos com nosso esforço de redução das emissões relativas de Gases Causadores do Efeito Estufa, que alcançou -5,2% ao final do 2T11. O indicador de consumo de água, no entanto, está abaixo da meta estipulada para o ano em função da redução no número estimado de unidades faturadas. Estamos confiantes, porém, que as ações de ecoeficiência que temos adotado estão contribuindo para a melhoria desse indicador ao longo do tempo. No âmbito social, a arrecadação dos itens de venda destinados ao Programa Crer Pra Ver também está abaixo do planejado para o período. No entanto, os lançamentos recentes já contribuíram para ligeira melhora no acumulado do 9M11.

A tabela abaixo mostra o desempenho frente a alguns de nossos compromissos para 2011:

Indicador	Compromisso 2010	Resultado 2010	Compromisso 2011	Resultado 2011
Gases de efeito estufa*	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-7,3% (21,2% acumulado)	Reduzir até 2013 em 33% as nossas emissões relativas de GEE, levando em consideração o inventário que realizamos em 2006.	-5,2% (25,1% acumulado)
Consumo de água**	Reduzir em 10% o consumo de água por unidade faturada.	0,47 litro/unidade faturada (10% de redução)	Reduzir em 3% o consumo total de água por unidade faturada.	0,56 litro/ unidade faturada
Arrecadação CPV**	Arrecadar R\$ 6 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 10,0 milhões	Arrecadar R\$ 13 milhões com a venda dos produtos do Crer Para Ver.	R\$ 5,02 milhões

* Obs. Referente ao acumulado 1S11

**Obs. referente ao acumulado de set/11

Comentário do Desempenho

2. RESULTADO CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.361,6	1.171,2	16,3	1.361,6	1.171,2	16,3
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	118,3	103,6	14,2	327,7	294,5	11,3
Receita Bruta	1.862,0	1.731,0	7,6	5.303,2	4.848,7	9,4
Receita Líquida	1.381,4	1.281,2	7,8	3.920,9	3.579,2	9,5
Lucro Bruto	967,6	916,8	5,5	2.750,8	2.503,0	9,9
Despesas com Vendas	(500,2)	(441,0)	13,4	(1.409,5)	(1.203,6)	17,1
Despesas Administrativas e Gerais	(163,7)	(164,3)	-0,4	(507,0)	(441,6)	14,8
Remuneração dos Administradores	(2,8)	(3,4)	-16,1	(9,7)	(10,2)	-4,9
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	4,2	(1,0)	n/d	21,0	(14,1)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(4,4)	(15,5)	-71,3	(35,7)	(34,9)	2,5
Lucro antes do IR/CSLL	300,7	291,7	3,1	809,9	798,7	1,4
Lucro Líquido	201,6	191,7	5,2	540,2	524,7	2,9
EBITDA**	333,3	323,5	3,0	924,6	898,8	2,9
Margem Bruta	70,0%	71,6%	-1,5 pp	70,2%	69,9%	0,2 pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	36,2%	34,4%	1,8 pp	35,9%	33,6%	2,3 pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	11,8%	12,8%	-1,0 pp	12,9%	12,3%	0,6 pp
Margem Líquida	14,6%	15,0%	-0,4 pp	13,8%	14,7%	-0,9 pp
Margem EBITDA	24,1%	25,3%	-1,1 pp	23,6%	25,1%	-1,5 pp

(*) Posição ao final do ciclo 13 de vendas

(**) EBITDA = Lucro operacional antes dos efeitos financeiros, impostos, depreciação e amortização.

A **receita líquida consolidada** no 3T11 alcançou R\$ 1.381,4 milhões, apresentando crescimento de 7,8% em comparação ao 3T10 (R\$ 1.281,2 milhões nos 9M11 com ampliação de 9,5%).

No Brasil, a receita líquida foi de R\$ 1.249,3 milhões no 3T11, 5,5% superior a do terceiro trimestre do ano passado (R\$ 1.182,6 milhões nos 9M11 com evolução de 7,8%).

Comentário do Desempenho

Nas operações internacionais, a receita líquida no 3T11 foi de R\$ 132,1 milhões, com um crescimento de 36,2% sobre o 3T10 em reais e 42,8% em moeda local ponderada (R\$ 344,3 milhões nos 9M11 com evolução de 31,5% e 38,8% em reais e em moeda local ponderada respectivamente).

O **Custo dos Produtos Vendidos** (CPV) ficou em linha com o observado no primeiro semestre deste ano. No 3T11 o CPV representou 30,0% da receita líquida consolidada um aumento de 160 pontos base nos custos em relação ao 3T10. Os benefícios do nosso aumento de preço e de uma melhor gestão de custos foram compensados por um maior aproveitamento das promoções e pelo aumento do nível de perdas em relação a 3T10, quando esses indicadores alcançaram o seu menor nível histórico. Nos nove meses do ano, o CPV apresentou uma melhora de 30 pontos bases, atingindo 29,8% da receita líquida.

O quadro abaixo exhibe o custo aberto em seus principais componentes:

> Composição do CPV				
	3T11	3T10	9M11	9M10
MP / ME ¹	86,6	81,1	83,1	81,9
Mão Obra s/PLR	6,1	6,0	8,6	8,0
Depreciação	2,4	3,3	2,5	3,3
Outros	4,9	9,6	5,9	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(¹) Matéria-prima e material de embalagem

As **despesas com vendas**, representaram 36,2% da receita líquida no 3T11, incremento de 180 pontos base em relação ao 3T10. Neste trimestre, teve prosseguimento a tendência observada nos trimestres anteriores, com uma menor diluição dos custos fixos logísticos e de nossa força de vendas. Em comparação com o mercado, nossos investimentos em marketing continuam competitivos. No acumulado do ano, as despesas com vendas passaram de 33,6% em 2010 para 35,9% em 2011.

As **despesas administrativas e gerais** representaram 11,8% em relação a receita líquida no 3T11 (12,8% no 3T10; 12,9% nos 9M11 e 12,3% nos 9M10). No trimestre, observamos o impacto da reversão parcial da participação dos colaboradores nos resultados. Seguimos investindo em inovação de produtos e comercial e intensificamos a busca de eficiência e a priorização dos projetos. Essas iniciativas serão observadas com maior vigor a partir do 4T11 e em 2012.

Comentário do Desempenho

Outras receitas e despesas operacionais apresentam receita de R\$ 4,2 milhões, impacto do efeito, não recorrente, do reconhecimento de crédito de Pis e Cofins extemporâneo sobre serviços. No acumulado, a receita de R\$ 21,0 milhões contempla, além disso, o efeito, não recorrente, do reconhecimento de um ativo contingente de Pis e Cofins (crédito sobre tributação de receitas financeiras) e sobre armazenagem.

O **lucro consolidado antes do IR/CSLL** no terceiro trimestre de 2011 foi de R\$ 300,7 milhões (R\$ 291,7 milhões no 3T10). No acumulado de 2011, alcançou R\$ 809,9 milhões (R\$ 798,7 milhões em 2010). O **lucro líquido consolidado** foi de R\$ 201,6 milhões no 3T11, incremento de 5,2% em relação ao 3T10. No acumulado, o lucro atingiu R\$ 540,2 milhões, evolução de 2,9% em relação a 2010.

O **EBITDA consolidado** no 3T11 foi de R\$ 333,3 milhões (R\$ 323,5 milhões no 3T10), com crescimento de 3,0%. A margem EBITDA passou de 25,3% no 3T10 para 24,1% no 3T11. No ano, o EBITDA alcançou R\$ 924,6 milhões, com ampliação de 2,9% em relação aos 9M10. A margem passou de 25,1% para 23,6% nos 9M11.

> EBITDA (R\$ milhões)

	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Receita Líquida	1.381,4	1.281,2	7,8	3.920,9	3.579,2	9,5
(-) Custos e Despesas	1.076,3	974,0	10,5	3.075,3	2.745,7	12,0
EBIT	305,1	307,2	-0,7	845,6	833,5	1,5
(+) Depreciação / amortização	28,2	16,3	72,7	79,0	65,3	20,9
EBITDA	333,3	323,5	3,0	924,6	898,8	2,9

> EBITDA pró-forma por bloco de operações (R\$ milhões)

	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Brasil	348,1	347,9	0,1	976,6	958,6	1,9
Argentina, Chile e Peru	9,4	2,8	232,9	18,8	4,6	304,9
México, Colômbia	(7,2)	(11,8)	(39,4)	(20,6)	(24,6)	(16,4)
Outros Investimentos	(17,0)	(15,4)	10,8	(50,3)	(39,8)	26,3
Total	333,3	323,5	3,0	924,6	898,8	2,9

Comentário do Desempenho

➤ FLUXO DE CAIXA (Pró-forma)

(R\$ milhões)	9M11	9M10	Var %
Lucro líquido	540,2	524,7	2,9
(+) Depreciações e amortizações	79,0	65,3	20,9
Geração interna de caixa	619,2	590,1	4,9
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	(141,0)	58,1	na
Itens não caixa (variação cambial)	10,5	4,9	na
Geração operacional de caixa	488,7	653,1	(25,2)
Adições do imobilizado intangível	(251,8)	(138,8)	81,4
Geração de caixa livre*	236,9	514,3	(53,9)

(*) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável e exigível a longo prazo) – (aquisições de ativo imobilizado).

A geração interna de caixa no 9M11 foi de R\$ 619,2 milhões, crescimento de 4,9%, pouco acima do crescimento de 2,9% do lucro líquido. Desse total, houve um investimento de R\$ 141,0 milhões no capital de giro e uma aplicação de R\$ 251,8 milhões em imobilizado. Com isso, geração de caixa livre foi de R\$ 236,9 milhões, redução de 53,9% em relação ao 9M10.

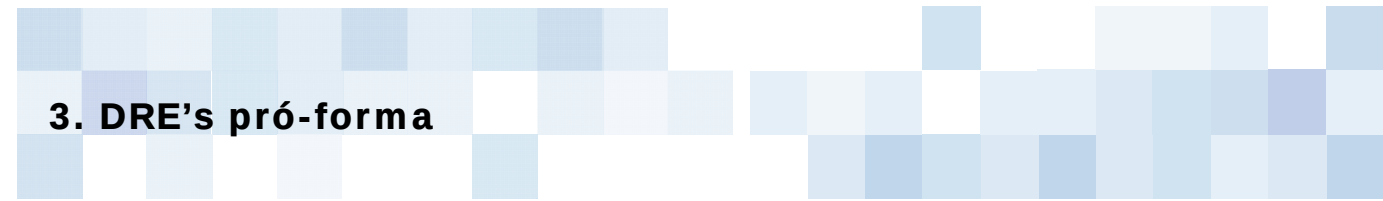
Seguimos observando um aumento na cobertura de estoque, influenciado pela estratégia de Natal e o aumento nos impostos a recuperar, parcialmente mitigados por um maior prazo de pagamento a fornecedores.

Continuamos trabalhando na redução da cobertura de estoques e em um plano de ação consistente para a redução significativa do saldo de impostos a recuperar.

Em 2010, o capital de giro foi beneficiado especialmente por recuperação de impostos e pela alteração na política de recolhimento do IR/CSLL.

O investimento em ativo imobilizado atingiu R\$ 251,8 milhões ao final do trimestre. Para o ano temos a expectativa de superar o guidance de R\$ 300 milhões.

Comentário do Desempenho



A margem de lucro alcançada nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

Comentário do Desempenho

3.1 OPERAÇÃO BRASIL (DRE Pró-Forma)

(R\$ milhões)	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Total de Consultoras - final do período* (em milhares)	1.131,4	984,3	14,9	1.131,4	984,3	14,9
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	105,0	93,6	12,1	292,7	268,4	9,0
Receita Bruta	1.693,9	1.608,2	5,3	4.868,1	4.518,0	7,7
Receita Líquida	1.249,3	1.184,2	5,5	3.576,6	3.317,4	7,8
Lucro Bruto	884,1	858,6	3,0	2.538,9	2.346,7	8,2
Despesas com Vendas	(426,3)	(380,6)	12,0	(1.217,9)	(1.047,2)	16,3
Despesas Administrativas e Gerais	(138,3)	(141,5)	-2,2	(432,3)	(379,7)	13,9
Remuneração dos Administradores	(2,8)	(3,4)	-16,1	(9,7)	(10,2)	-4,9
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	5,0	0,1	n/d	23,4	(12,0)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(1,7)	(15,8)	-89,1	(33,5)	(33,6)	-0,4
Lucro antes do IR/CSLL	320,0	317,5	0,8	869,0	864,0	0,6
Lucro Líquido	224,3	219,8	2,0	607,9	596,6	1,9
EBITDA	348,1	347,9	0,1	976,6	958,6	1,9
Margem Bruta	70,8%	72,5%	-1,7 pp	71,0%	70,7%	0,2 pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	34,1%	32,1%	2,0 pp	34,1%	31,6%	2,5 pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	11,1%	11,9%	-0,9 pp	12,1%	11,4%	0,6 pp
Margem Líquida	18,0%	18,6%	-0,6 pp	17,0%	18,0%	-1,0 pp
Margem EBITDA	27,9%	29,4%	-1,5 pp	27,3%	28,9%	-1,6 pp

(*) Posição ao final do ciclo 13 de vendas

- O canal de vendas continua crescendo de forma saudável, tendo apresentado uma expansão de 14,9% com 1.131,4 mil consultoras no Brasil
- A produtividade³ acumulada de nossas consultoras no entanto reduziu-se em 6,9% (R\$ 6.379 em 2011 versus R\$ 6.852 no ano anterior).
- O índice de inovação⁴ foi de 64,6% ao final do trimestre (67,0% em 2010).

³ Produtividade medida a preços de varejo.

⁴ O índice de inovação é medido através da receita proveniente de produtos lançados nos últimos 24 meses.

Comentário do Desempenho

3.2 OPERAÇÕES EM CONSOLIDAÇÃO (Argentina, Chile e Peru) DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	154,4	130,1	18,7	154,4	130,1	18,7
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	9,1	7,1	27,9	23,8	18,6	28,3
Receita Bruta	120,0	89,2	34,5	300,5	238,6	26,0
Receita Líquida	90,5	67,8	33,4	227,9	181,9	25,3
Lucro Bruto	58,5	42,2	38,7	143,0	111,1	28,8
Despesas com Vendas	(43,3)	(33,6)	28,9	(108,3)	(90,6)	19,4
Despesas Administrativas e Gerais	(6,1)	(6,0)	1,8	(16,9)	(16,4)	3,2
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,8)	(0,8)	0,1	(1,7)	(1,8)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(1,5)	0,1	n/d	(0,8)	(0,1)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	6,8	2,0	244,0	15,3	2,1	n/d
Lucro / (Prejuízo) Líquido	4,7	0,4	1152,4	9,2	(2,7)	n/d
EBITDA	9,4	2,8	232,7	18,8	4,6	304,8
Margem Bruta	64,7%	62,2%	2,5 pp	62,8%	61,1%	1,7 pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	47,8%	49,5%	-1,7 pp	47,5%	49,8%	-2,3 pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	6,8%	8,8%	-2,1 pp	7,4%	9,0%	-1,6 pp
Margem Líquida	5,2%	0,6%	4,6 pp	4,0%	-1,5%	5,5 pp
Margem EBITDA	10,3%	4,1%	6,2 pp	8,3%	2,6%	5,7 pp

- Nas operações em consolidação, a receita líquida no 3T11 foi de R\$ 90,5 milhões com um crescimento de 41,9% em moeda local ponderada (33,4% em reais) em relação ao 3T10. No 9M11, a receita líquida atingiu R\$ 227,9 milhões, crescimento de 33,7% e 25,3% respectivamente.
- O número de consultoras cresceu 18,7%, alcançando 154,4 mil ao final do 3T11.
- Essas operações apresentaram um EBITDA favorável de R\$ 9,4 milhões no 3T11 e de R\$ 18,8 milhões no acumulado. O maior investimento em marketing foi compensado pela diluição das despesas com força de vendas e administrativas e por uma maior eficiência logística.

Comentário do Desempenho

3.3 OPERAÇÕES EM IMPLANTAÇÃO (México e Colômbia)

DRE Pró-Forma

(R\$ milhões)	3T11	3T10	Var %	9M11	9M10	Var %
Total de Consultoras - final do período (em milhares)	73,1	54,9	33,2	73,1	54,9	33,2
Unidades de produtos para revenda (em milhões)	3,9	2,6	52,2	10,4	7,0	49,5
Receita Bruta	43,3	28,9	49,7	120,0	79,2	51,6
Receita Líquida	37,4	25,0	50,0	103,5	68,2	51,7
Lucro Bruto	23,1	13,6	69,8	62,3	38,5	61,8
Despesas com Vendas	(26,3)	(22,0)	19,6	(71,7)	(54,1)	32,5
Despesas Administrativas e Gerais	(4,5)	(3,8)	18,4	(12,1)	(10,4)	16,8
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,0)	(0,3)	n/d	(0,7)	(0,3)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(1,2)	0,2	n/d	(1,5)	(1,1)	n/d
Lucro / (Prejuízo) antes do IR/CSLL	(9,0)	(12,3)	-27,0	(23,7)	(27,4)	-13,6
Lucro / (Prejuízo) Líquido	(10,1)	(13,0)	-22,1	(25,9)	(29,0)	-10,9
EBITDA	(7,2)	(11,8)	-39,4	(20,6)	(24,6)	-16,4
Margem Bruta	61,7%	54,5%	7,2 pp	60,2%	56,4%	3,8 pp
Despesas com Vendas/Receita Líquida	70,3%	88,1%	-17,8 pp	69,3%	79,3%	-10,0 pp
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	12,1%	15,3%	-3,2 pp	11,7%	15,2%	-3,5 pp
Margem Líquida	n/d	n/d	-	n/d	n/d	-
Margem EBITDA	n/d	n/d	-	n/d	n/d	-

- Nas operações em implantação, a receita líquida no 3T11 foi de R\$ 37,4 milhões, crescimento de 56,6% em moeda local ponderada (50,0% em reais). No 9M11, a receita líquida foi de R\$ 103,5 milhões, evolução de 56,4% e 51,7% respectivamente.
- O número de consultoras ampliou-se em 33,2%, alcançando 73,1 mil ao final do 3T11.
- Estas operações continuaram apresentando EBITDA negativo de R\$ 7,2 milhões no 3T11 e de R\$ R\$ 20,6 milhões no acumulado do ano, resultado dos investimentos que estão sendo feitos.

Comentário do Desempenho

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa dedicada a área internacional, registraram prejuízo (EBITDA) de R\$ 17,0 milhões no 3T11, R\$ 50,3 milhões no 9M11 (R\$ 15,4 milhões e R\$ 39,8 milhões em 2010 respectivamente). Em 2011, as despesas não recorrentes relacionadas ao novo modelo comercial no México, aqui alocadas, totalizaram R\$ 8,1 milhões.

Comentário do Desempenho

TELECONFERÊNCIA & WEBCAST

Português: Sexta-feira, 28 de outubro de 2011
10h00 – horário de Brasília

Inglês: Sexta-feira, 28 de outubro de 2011
12h00 – horário de Brasília

Participantes do Brasil: +55 11 4688-6341

Participantes dos EUA: Toll Free +1 800 700 0802

Participantes de outros países: +1 412 824-6977

Senha para os participantes: Natura

Transmissão ao vivo pela internet: www.natura.net/investidor

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefone: (11) 4196-1421

Helmut Bossert, helmutbossert@natura.net

Patrícia Anson, patriciaanson@natura.net

Bruno Compagnoli, brunocompagnoli@natura.net

Índice
Carbono
Eficiente
ICO2
2010-2011

BM&FBOVESPA
A Nova Bolsa

Índice de
Sustentabilidade
Empresarial
ISE
2009-2010

**NATU3
NOVO
MERCADO**
BM&FBOVESPA

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado
ITAG

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada
IGC

Índice
Brasil 50
IBRX 50

Comentário do Desempenho

> BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Set/11	Dez/10	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Set/11	Dez/10
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	338,8	560,2	Empréstimos e financiamentos	455,1	226,6
Contas a receber de clientes	480,6	570,3	Fornecedores e outras contas a pagar	473,8	366,5
Estoques	738,7	571,5	Salários, participações nos resultados e encargos sociais	161,5	162,7
Impostos a recuperar	233,4	101,5	Obrigações tributárias	395,3	366,0
Instrumentos financeiros derivativos	26,7	-	Instrumentos financeiros derivativos	-	4,1
Outros créditos	94,2	66,4	Outras obrigações	51,6	64,7
Total do ativo circulante	1.912,4	1.869,9	Total do passivo circulante	1.537,3	1.190,7
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	112,2	109,3	Empréstimos e financiamentos	670,4	465,1
Imposto de renda e contribuição social diferido	192,6	180,3	Obrigações tributárias	259,0	215,1
Depósitos judiciais	406,5	337,0	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	63,7	73,8
Outros créditos	35,8	44,9	Provisão para plano de assistência médica	22,4	19,7
Imobilizado	703,6	560,5	Total do passivo não circulante	1.015,4	773,7
Intangível	145,2	120,1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do ativo não circulante	1.595,8	1.352,0	Capital social	427,1	418,1
			Reservas de capital	157,0	149,6
			Reservas de lucros	284,1	282,9
			Lucros acumulados	208,4	-
			Ações em tesouraria	(103,6)	(0,0)
			Dividendo adicional proposto	-	430,1
			Outros resultados abrangentes	(17,4)	(23,2)
			Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	955,6	1.257,5
			Participação dos não controladores no		
TOTAL DO ATIVO	3.508,3	3.221,9	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.508,3	3.221,9

Comentário do Desempenho

> DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

<i>em R\$ milhões</i>	3T11	3T10	9M11	9M10
RECEITA LÍQUIDA	1.381,4	1.281,2	3.920,9	3.579,2
Custo dos produtos vendidos	(413,7)	(364,4)	(1.169,9)	(1.076,2)
LUCRO BRUTO	967,8	916,8	2.751,0	2.503,0
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas	(500,3)	(441,0)	(1.409,6)	(1.203,6)
Administrativas e gerais	(163,7)	(164,3)	(507,0)	(441,6)
Remuneração dos administradores	(2,8)	(3,4)	(9,7)	(10,2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4,2	(1,0)	21,0	(14,1)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	305,1	307,3	845,6	833,6
Receitas financeiras	49,8	2,1	99,6	39,8
Despesas financeiras	(54,3)	(17,6)	(135,3)	(74,7)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	300,7	291,8	809,9	798,7
Imposto de renda e contribuição social	(99,1)	(100,1)	(269,7)	(274,0)
LUCRO LÍQUIDO	201,6	191,7	540,2	524,7

Comentário do Desempenho

> DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

em R\$ milhões	9M11	9M10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	540,2	524,7
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	79,0	65,3
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	(12,3)	4,3
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(9,7)	1,2
Atualização monetária de depósitos judiciais	(38,5)	(12,5)
Imposto de renda e contribuição social	269,7	274,0
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	5,7	14,7
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	48,0	5,1
Variação cambial sobre outros ativos e passivos	(4,5)	0,7
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	9,7	8,3
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	0,3	0,5
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(6,7)	2,8
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	44,7	21,2
Provisão com plano de assistência médica	2,6	-
Reconhecimento de crédito tributário extemporâneo	(13,9)	-
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	(16,9)	-
	897,6	910,2
AUMENTO / REDUÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Contas a receber de clientes	96,3	22,5
Estoques	(211,9)	(135,2)
Impostos a recuperar	(104,5)	(26,9)
Outros ativos	(15,5)	(9,2)
Fornecedores nacionais e estrangeiros	103,6	64,1
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(1,3)	35,6
Obrigações tributárias	56,3	4,4
Outros passivos	(13,1)	23,0
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(0,4)	(2,7)
Subtotal	(90,5)	(24,5)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		
	807,1	885,7
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(265,1)	(174,1)
Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos	(18,4)	(3,0)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(40,2)	(21,6)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	483,5	686,9
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado e intangível	(251,8)	(138,8)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	3,7	7,9
Depósitos judiciais	(31,0)	(56,9)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(279,1)	(187,7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(321,4)	(643,3)
Captações de empréstimos e financiamentos	752,5	657,6
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício anterior	(430,1)	(357,6)
Antecipação de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício corrente	(332,8)	(289,4)
Compra de ações em tesouraria	(104,5)	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	0,7	-
Aumento de capital por subscrição (353.289 ações ordinárias ao preço médio de R\$39,69)	9,0	11,7
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(426,6)	(620,9)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira	0,8	(3,9)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(221,4)	(125,7)

Comentário do Desempenho

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros

Notas Explicativas

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “NATU3”.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Natura”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Temos dois picos de demanda durante o ano - no mês de novembro que antecede o Natal e em abril, nas semanas anteriores ao Dia das Mães, que ocorre na primeira quinzena do mês de maio. As vendas da Sociedade estão sujeitas a uma sazonalidade consistente com a do setor varejista. A referida sazonalidade impacta diretamente as nossas vendas no segundo e quarto trimestres e os nossos estoques no encerramento do primeiro e terceiro trimestres.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário, foram aplicadas de modo consistente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo as demonstrações contábeis individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as práticas adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis anuais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - ‘Interim Financial Reporting’, emitida pelo ‘IASB’, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações não incluem todos os requerimentos de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais e, dessa forma, estas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, divulgadas em 23 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas**2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas**

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de setembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Sociedade iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

Notas Explicativas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ('CVM') de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ('IASB'), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

c) Plano de assistência médica

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 23.2. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**4.1. Considerações gerais e políticas**

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas do Grupo.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude dos instrumentos financeiros de diversas naturezas contratados pela Sociedade e as suas controladas em moedas diferentes das suas moedas funcionais (moedas estrangeiras), foi implantada uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial decorrentes de: (i) compra de insumos para a produção ou comercialização; (ii) importação de máquinas e equipamentos; e (iii) investimentos nas controladas no exterior nas respectivas moedas.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas estão expostas basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2011, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que em conjunto representam um passivo de R\$176.399 e R\$181.052, respectivamente (em 31 de dezembro de 2010, R\$52.567 e R\$58.675, respectivamente). Estas contas constituídas por empréstimos e financiamentos que, na sua totalidade em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, são protegidos com derivativos do tipo “swap”.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em “financeiros” e “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” ou “forwards” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos (geralmente “forwards”) contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Em 30 de setembro de 2011 os contratos em aberto de “swap” e “forward”, têm vencimentos entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2017, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bradesco (33%), Brasil (16%), Bank of America (49%) e HSBC (2%) e estão assim compostos:

Derivativos “financeiros” - Controladora

<u>Descrição</u>	<u>Valor principal</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Ganho (perda) do período/exercício</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>301.528</u>	<u>53.534</u>	<u>333.985</u>	<u>52.121</u>	<u>26.369</u>	<u>(2.110)</u>
	<u>301.528</u>	<u>53.534</u>	<u>333.985</u>	<u>52.121</u>	<u>26.369</u>	<u>(2.110)</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:	<u>301.528</u>	<u>53.534</u>	<u>307.616</u>	<u>54.231</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>301.528</u>	<u>53.534</u>	<u>307.616</u>	<u>54.231</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Derivativos “financeiros” - Consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Valor principal</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Ganho (perda) do período/exercício</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contratos de “swap” (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>305.520</u>	<u>59.817</u>	<u>338.019</u>	<u>57.367</u>	<u>26.665</u>	<u>(2.830)</u>
	<u>305.520</u>	<u>59.817</u>	<u>338.019</u>	<u>57.367</u>	<u>26.665</u>	<u>(2.830)</u>
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:	<u>305.520</u>	<u>59.817</u>	<u>311.354</u>	<u>60.197</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>305.520</u>	<u>59.817</u>	<u>311.354</u>	<u>60.197</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Derivativos “operacionais” - Controladora e Consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Valor principal</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Ganho (perda) do período/exercício</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contratos “forward” (2):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	<u>—</u>	<u>34.542</u>	<u>—</u>	<u>34.555</u>	<u>—</u>	<u>(1.231)</u>
Ponta passiva:						
Taxa prefixada:						
Posição comprada dólar	<u>—</u>	<u>34.542</u>	<u>—</u>	<u>35.786</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

O valor nominal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto na data do balanço.

- (1) As operações de “swap” financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.
- (2) As operações de “forward” financeiros estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não através de Bolsa de Mercadorias e Futuros, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	176.399	181.052
Contas a pagar em moeda estrangeira	32.854	41.504
Contas a receber em moeda estrangeira	(4.169)	(33.338)
Valor principal dos derivativos “financeiros”	<u>(301.528)</u>	<u>(305.520)</u>
Exposição líquida registrada no balanço	<u>(96.444)</u>	<u>(116.302)</u>
Valor empréstimo captado em outubro de 2011 (*)	<u>150.000</u>	<u>150.000</u>
Exposição líquida	<u>53.556</u>	<u>33.698</u>

(*) Valor referente a empréstimo disponibilizado à Sociedade em outubro de 2011. O “Swap” contratado para proteção desta transação foi firmado e reconhecido em setembro de 2011, portanto está considerado na posição de derivativos demonstrada acima. As duas operações foram negociadas de forma conjunta considerando as mesmas taxas de câmbio, eliminando o risco à exposição cambial. Desta forma, a exposição líquida utilizada na análise de sensibilidade exclui a referida operação de empréstimo.

As tabelas do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 demonstram o ganho (perda) que teria sido reconhecido no resultado a seguir de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição:</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Alta do dólar	<u>1.831</u>	<u>(13.389)</u>	<u>(26.778)</u>
<u>Descrição:</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição líquida	Alta do dólar	<u>1.152</u>	<u>(8.425)</u>	<u>(16.849)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar de 25% (R\$2,32/US\$1,00) e de 50% (R\$2,78/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e está apresentando o referido cenário em atendimento à IFRS 7.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas pré-fixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, CDI e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Por isso não tem como política contratar derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, TJLP e taxas pré-fixadas. No entanto, em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de derivativo por considerarem o risco baixo, conforme descrito acima.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na seção de risco cambial anterior, em 30 de setembro de 2011 quase a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais. Desta forma, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa 14)	(624.228)	(918.436)
Operações com derivativos atrelados ao CDI/TJLP	(176.399)	(181.052)
Aplicações financeiras	<u>55.006</u>	<u>288.370</u>
Exposição líquida	<u>(745.621)</u>	<u>(811.118)</u>

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

Notas Explicativas

As tabelas seguintes demonstram a perda que teria sido reconhecida no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>14.018</u>	<u>(22.145)</u>	<u>(44.290)</u>

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo líquido	Alta da taxa	<u>15.249</u>	<u>(24.090)</u>	<u>(48.180)</u>

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (14,8% ao ano) e 50% (17,8% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

<u>Controladora em 30 de setembro de 2011</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Mais de cinco anos</u>	<u>Valor nominal 2011</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil 2011</u>
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	263.946	-	-	-	263.946	-	263.946
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos	18.271	-	-	-	18.271	(8.098)	26.369
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	530.600	6.081	-	536.681	-	536.681
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
<u>Consolidado em 30 de setembro de 2011</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Mais de cinco anos</u>	<u>Valor nominal 2011</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil 2011</u>
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	455.100	-	-	-	455.100	-	455.100
Fornecedores	416.308	-	-	-	416.308	-	416.308
Derivativos	18.574	-	-	-	18.574	(8.091)	26.665
Não circulante-							
Empréstimos e financiamentos	-	605.478	60.696	4.219	670.393	-	670.393
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida a seguir demonstrada não considera os ajustes dos derivativos contratados para mitigar o risco cambial.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão abaixo demonstrados:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	800.627	428.442	1.125.493	691.663
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(71.283)</u>	<u>(206.125)</u>	<u>(338.795)</u>	<u>(560.229)</u>
Dívida líquida	<u>729.344</u>	<u>222.317</u>	<u>786.698</u>	<u>131.434</u>
Patrimônio líquido	<u>955.557</u>	<u>1.257.501</u>	<u>955.558</u>	<u>1.257.502</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>76,3%</u>	<u>17,7%</u>	<u>82,3%</u>	<u>10,5%</u>

4.4. Estimativa de valores justos

O valor justo dos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo na data do balanço patrimonial conforme determinado pelo CPC 40 e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, um distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utiliza outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em função de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a mensuração da totalidade dos derivativos da Sociedade e suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado**Aplicações financeiras**

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à taxa pré-fixada, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados não possuem variações significativas em relação aos valores contábeis demonstrados nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Caixa e bancos	16.277	9.688	57.006	38.314
Aplicações financeiras- CDBs pós-fixados	<u>55.006</u>	<u>196.437</u>	<u>281.789</u>	<u>521.915</u>
	<u>71.283</u>	<u>206.125</u>	<u>338.795</u>	<u>560.229</u>

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,5% do CDI.

Os CDBs são classificados pela Administração da Sociedade e de suas controladas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Contas a receber de clientes	442.379	550.355	539.597	635.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(47.649)</u>	<u>(56.663)</u>	<u>(59.013)</u>	<u>(65.664)</u>
	<u>394.730</u>	<u>493.692</u>	<u>480.584</u>	<u>570.280</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
A vencer	344.031	432.703	431.691	492.947
Vencidos até 30 dias	58.698	79.136	63.242	93.967
Vencidos entre 31 e 60 dias	13.703	10.897	15.189	16.777
Vencidos entre 61 e 90 dias	7.312	8.072	8.493	9.406
Vencidos entre 91 e 180 dias	<u>18.635</u>	<u>19.547</u>	<u>20.982</u>	<u>22.847</u>
	<u>442.379</u>	<u>550.355</u>	<u>539.597</u>	<u>635.944</u>

O saldo de contas a receber de clientes no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 88% do saldo em aberto em 30 de setembro de 2011 referente a transações em reais (91% em 31 de dezembro de 2010), sendo o saldo remanescente

Notas Explicativas

denominado em moedas estrangeiras diversas, formado pelas vendas das controladas no exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 09/2011	Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 09/2011
(56.663)	(53.264)	62.278	(47.649)	(65.664)	(57.275)	63.926	(59.013)

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

(b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações contábeis intermediárias é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Produtos acabados	227.215	181.188	575.495	465.027
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	165.257	127.305
Material promocional	26.776	14.383	68.448	37.576
Produtos em elaboração	-	-	18.129	17.290
Provisão para perdas	(9.072)	(10.479)	(88.617)	(75.673)
	<u>244.919</u>	<u>185.092</u>	<u>738.712</u>	<u>571.525</u>

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 09/2011	Saldo em 12/2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 09/2011
(10.479)	(6.854)	8.261	(9.072)	(75.673)	(44.664)	31.720	(88.617)

(a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade e por suas controladas.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	146.649	97.888
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - RS	2.476	3.022	3.015	3.022
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	45.850	7.120	45.850	7.120
ICMS - ST a ressarcir - processo de denúncia espontânea - SP (b)	-	-	12.340	16.421
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	26.804	21.567
ICMS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	14.905	6.825	23.365	16.136
COFINS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	5.817	9.589
PIS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	1.277	2.237
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	28.745	19.743	43.996	20.025
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (c)	11.887	-	16.852	-
PIS e COFINS a compensar sobre fretes	-	-	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	112	10	445	1.746
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	2.186	5.574
Outros	4.511	3.000	20.217	12.282
(-) Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	-	-	(3.202)	(2.879)
	<u>108.486</u>	<u>39.720</u>	<u>345.611</u>	<u>210.728</u>
Circulante	<u>95.557</u>	<u>34.799</u>	<u>233.441</u>	<u>101.464</u>
Não circulante	<u>12.929</u>	<u>4.921</u>	<u>112.170</u>	<u>109.264</u>

(a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 com a Secretaria da Fazenda - SeFaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado "Via Rápida" ("Fast Track"), no qual os créditos são compensados no mês seguinte ao da apuração, amparados por carta de fiança bancária em mesmo valor.

(b) Em 24 de setembro de 2008 foi emitido pela Coordenadoria de Administração Tributária da SeFaz - SP expediente que acata a denúncia espontânea formalizada pela controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., relacionada à adoção de procedimentos sobre o ICMS - ST nos meses de fevereiro a maio de 2008 em desacordo com os dispositivos do Regulamento do ICMS - RICMS/2000, artigos 264, inciso IV, 313-E e 313-G. O referido expediente esclarece os procedimentos necessários para a regularização das operações realizadas pela controlada no referido período. Em decorrência dessa regularização foram apurados créditos de ICMS - ST no montante de R\$12.340 em 30 de setembro de 2011 (R\$16.421 em 31 de dezembro de 2010).

O crédito será compensado pela controlada após averiguação por parte das autoridades fiscais; entretanto, com base na avaliação dos assessores legais e da Administração da controlada, o risco de não compensação dos valores registrados em 30 de setembro de 2011 é remoto.

(c) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17 (ativos contingentes - (a)).

Notas Explicativas**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Diferidos**

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme o CPC 26 e IAS 12. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	16.201	19.266	16.201	19.266
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	3.085	3.563	25.912	21.725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	17.773	18.884	36.268	40.375
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 16)	608	573	36.394	28.869
Passivo atuarial - plano de assistência médica (nota explicativa nº 23.2)	5.001	4.462	7.540	6.702
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 24)	(8.965)	1.136	(9.066)	1.381
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (nota explicativa nº 16)	20.010	13.672	20.010	13.672
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.555	3.879	2.700	4.432
Provisões para obrigações contratuais	1.038	1.947	1.592	2.777
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.089	979
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	5.679	6.874	5.679	6.874
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	6.900	6.562
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	1.119	-	1.119	-
Provisões para participação nos resultados	3.916	-	10.409	-
Ajuste Taxa Deprec. Vida útil (RTT)	1.596	-	(5.820)	-
Outras diferenças temporárias	17.790	13.235	35.626	26.645
	87.406	87.491	192.553	180.259

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos na controladora para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

		(Debitado) creditado à demonstração do resultado	
Controladora	12/2010		09/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(3.065)	16.201
Provisão para perdas nos estoques	3.563	(478)	3.085
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18.884	(1.111)	17.773
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	573	35	608
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	1.136	(10.101)	(8.965)
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	13.672	6.338	20.010
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	3.879	(1.324)	2.555
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.195)	5.679
Passivo atuarial - plano de assistência médica	4.462	539	5.001
Provisões para obrigações contratuais	1.947	(910)	1.037
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	1.119	1.119
Provisões para participação nos resultados	-	3.916	3.916
Ajuste Taxa Deprec. Vida útil (RTT)	-	1.596	1.596
Outras diferenças temporárias	13.235	4.556	17.791
	87.491	(85)	87.406

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no consolidado para os períodos apresentados é demonstrada como segue:

<u>Consolidado</u>	<u>12/2010</u>	(Debitado) creditado à demonstração <u>do resultado</u>	<u>09/2011</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.266	(3.065)	16.201
Provisão para perdas nos estoques	21.725	4.187	25.912
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	40.375	(4.107)	36.268
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	28.869	7.525	36.394
(Ganhos) perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos	1.381	(10.447)	(9.066)
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	13.672	6.338	20.010
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	4.432	(1.732)	2.700
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.874	(1.195)	5.679
Diferenças temporárias das operações internacionais	6.562	338	6.900
Passivo atuarial - plano de assistência médica	6.702	838	7.540
Provisões para obrigações contratuais	2.777	(1.185)	1.592
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	979	110	1.089
Linearização da taxa efetiva de IRPJ e CSLL	-	1.119	1.119
Provisões para participação nos resultados	-	10.409	10.409
Ajuste Taxa Deprec. Vida útil (RTT)	-	(5.820)	(5.820)
Outras diferenças temporárias	<u>26.645</u>	<u>8.981</u>	<u>35.626</u>
	<u>180.259</u>	<u>12.294</u>	<u>192.553</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Os créditos tributários possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	40.149	88.328
2012	11.575	13.837
2013	4.835	56.202
2014 em diante	<u>30.847</u>	<u>34.186</u>
	<u>87.406</u>	<u>192.553</u>

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2011 a Sociedade possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de histórico de lucros tributáveis, não foram registrados nas demonstrações contábeis das respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários em 30 de setembro de 2011, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Notas Explicativas**Prejuízos fiscais:**

Argentina	13.594
Chile	75.926
México	79.156
Colômbia	48.072
França	45.761

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração), exceto pelas controladas Argentina e México cujos créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3.203	-
2012	2.944	-
2013	4.390	-
2014	-	11
2015	2.518	6.869
2016 em diante	<u>539</u>	<u>72.276</u>
	<u>13.594</u>	<u>79.156</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	747.786	754.751	809.886	798.704
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(254.247)	(256.615)	(275.361)	(271.559)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	12.890	12.293	12.890	12.293
Incentivos fiscais doações	3.318	3.875	5.855	5.383
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 12)	11.250	1.442	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(25.960)	(23.189)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	(1.159)	619	(2.971)	(1.078)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	21.067	18.242	21.067	18.242
Outras diferenças permanentes	<u>(711)</u>	<u>(9.858)</u>	<u>(5.212)</u>	<u>(14.047)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(207.592)</u>	<u>(230.002)</u>	<u>(269.692)</u>	<u>(273.955)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(207.507)	(228.504)	(281.986)	(299.538)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(85)	(1.498)	12.294	25.583
Taxa efetiva - %	27,8	30,5	33,3	34,3

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
ICMS - ST (*) (nota explicativa nº 17.(a))	73.971	53.809	73.971	53.809
ICMS - ST exigibilidade suspensa (*) (nota explicativa nº 16.(b))	208.050	167.019	208.050	167.019
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(e) e (g))	9.112	8.556	50.966	48.106
Outras obrigações tributárias sem provisão (nota explicativa nº 16.(d) e (f))	10.828	10.426	10.828	10.426
Processos tributários sem provisão	33.575	30.676	37.619	36.034
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	9.796	9.600	11.527	10.754
Processos cíveis sem provisão	1.005	938	1.097	1.343
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.879	1.874	1.985	1.976
Processos trabalhistas sem provisão	5.717	4.410	6.924	5.130
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.121</u>	<u>1.762</u>	<u>3.527</u>	<u>2.410</u>
	<u>356.054</u>	<u>289.070</u>	<u>406.494</u>	<u>337.007</u>

(*) Correspondem à ação declaratória de ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 16.(b) e nº 17. "Passivos contingentes - Risco de perda possível" item (a).

11. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Adiantamento para propaganda	10.534	20.052	11.423	20.997
Ativos destinados à venda	-	-	17.752	17.752
Caixa restrito - CDB (*)	-	-	<u>6.581</u>	<u>6.155</u>
	<u>10.534</u>	<u>20.052</u>	<u>35.756</u>	<u>44.904</u>

(*) Este saldo se refere a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda deste processo é possível.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Investimentos em controladas	<u>1.213.123</u>	<u>1.099.188</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Informações e movimentação dos saldos para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos Espanha S.L.	Total
Capital social	526.155	98.480	13.291	107.406	6.534	5.008	181.679	70.818	85.605	73	1.095.049
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	
Patrimônio líquido das controladas	1.032.561	20.718	2.907	55.780	304	26.725	45.564	18.785	9.804	106	1.213.254
Participação no patrimônio líquido	1.032.457	20.716	2.905	55.763	304	26.723	45.560	18.784	9.804	106	1.213.123
Lucro líquido (prejuízo) do período das controladas	98.456	(2.069)	(3.219)	(9.670)	-	13.745	(36.918)	(13.831)	(13.416)	-	33.078
Valor contábil dos investimentos											
Saldos em 31 de dezembro de 2010	930.614	23.246	-891	56.902	273	45.021	26.950	8.782	8.208	83	1.099.188
Resultado de equivalência patrimonial	98.456	(2.068)	(3.217)	(9.667)	-	13.745	(36.914)	(13.829)	(13.417)	-	33.089
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior		(462)	270	2.720	31	167	-163	2.099	1.142	-	5.804
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	3.387	-	-	-	-	1.791	-	-	-	-	5.178
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(34.000)	-	-	-	-	(34.000)
Aumentos de capital	-	-	6.744	5.809	-	-	55.687	21.732	13.869	23	103.864
Saldos em 30 de setembro de 2011	1.032.457	20.716	2.906	55.764	304	26.724	45.560	18.784	9.802	106	1.213.123

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

- Natura Cosméticos - México: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.; Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Europa SAS: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura International Inc. (EUA - Nevada), Natura Worldwide Trading Company (Costa Rica), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França).

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Controladora					
		09/2011			12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor residual</u>
Veículos	33	36.695	(15.577)	21.118	34.234	(14.491)	19.743
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	15	28.916	(12.351)	16.565	23.486	(9.053)	14.433
Máquinas e equipamentos	7	74.426	(5.412)	69.014	27.668	(3.018)	24.650
Móveis e utensílios	7	7.093	(2.782)	4.311	6.264	(2.584)	3.680
Equipamentos de informática	18	8.496	(4.504)	3.992	6.614	(3.803)	2.811
Projetos em andamento	-	99.212	-	99.212	11.699	-	11.699
Adiantamentos a fornecedores	-	6.699	-	6.699	15.159	-	15.159
		<u>261.537</u>	<u>(40.626)</u>	<u>220.911</u>	<u>125.124</u>	<u>(32.949)</u>	<u>92.175</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Controladora					
		09/2011			12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor residual</u>
Softwares e outros	17	<u>36.861</u>	<u>(13.065)</u>	<u>23.796</u>	<u>29.190</u>	<u>(10.604)</u>	<u>18.586</u>

<u>Imobilizado</u>	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		09/2011			12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor residual</u>
Máquinas e equipamentos	7	363.586	(139.579)	224.007	308.262	(124.315)	183.947
Edifícios	4	151.142	(58.865)	92.277	151.161	(54.305)	96.856
Instalações	9	130.465	(70.397)	60.068	120.440	(65.066)	55.374
Terrenos	-	27.203	-	27.203	27.180	-	27.180
Moldes	7	118.045	(89.616)	28.429	105.362	(79.921)	25.441
Veículos	33	57.910	(22.149)	35.761	56.361	(21.181)	35.180
Equipamentos de informática	9	105.939	(55.723)	50.216	75.749	(45.969)	29.780
Móveis e utensílios	8	31.754	(13.289)	18.465	27.164	(11.926)	15.238
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	11	50.845	(24.417)	26.428	44.273	(18.725)	25.548
Projetos em andamento	-	106.640	-	106.640	35.489	-	35.489
Adiantamentos a fornecedores	-	32.418	-	32.418	28.648	-	28.648
Outros	1	4.251	(2.562)	1.689	3.897	(2.111)	1.786
		<u>1.180.198</u>	<u>(476.597)</u>	<u>703.601</u>	<u>983.986</u>	<u>(423.519)</u>	<u>560.467</u>

<u>Intangível</u>	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		09/2011			12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor residual</u>
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (a)	-	5.181	-	5.181	4.629	-	4.629
Softwares	12	231.503	(91.475)	140.028	188.660	(73.376)	115.284
Marcas e patentes	10	<u>1.678</u>	<u>(1.644)</u>	<u>34</u>	<u>1.573</u>	<u>(1.413)</u>	<u>160</u>
		<u>238.362</u>	<u>(93.119)</u>	<u>145.243</u>	<u>194.862</u>	<u>(74.789)</u>	<u>120.073</u>

(a) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial onde esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de se tratar de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de setembro de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.

(b) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

Notas ExplicativasInformações adicionais sobre o imobilizado

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Equipamentos de informática	3.474	4.061
Máquinas e equipamentos	3.171	3.171
Veículos	<u>4.231</u>	<u>4.231</u>
Saldos no fim do período	<u>10.876</u>	<u>11.463</u>

b) Despesas com arrendamentos operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Aluguéis	<u>912</u>	<u>912</u>	<u>4.905</u>	<u>6.720</u>

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Edifícios	<u>1.440</u>	<u>1.479</u>

Despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos períodos/exercícios

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011 (três meses)	673	4.859
2012	2.690	19.436
2013	2.690	19.436
2014 em diante	<u>17.743</u>	<u>101.512</u>
	<u>23.796</u>	<u>145.243</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	<u>9 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do período de nove meses /exercício	92.175	50.375	560.467	492.256
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	2.109	8.884	10.713	29.669
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	127.423	32.389	150.798	84.555
Veículos	11.958	13.498	16.716	24.193
Moldes	-	-	11.839	16.986
Instalações	-	-	3.960	7.208
Equipamentos de informática	1.094	769	7.780	7.304
Móveis e utensílios	513	545	3.431	1.618
Outros	<u>2.381</u>	<u>1.036</u>	<u>3.751</u>	<u>3.695</u>
	145.478	57.121	208.988	175.228
(+/-) Variação cambial	953	(620)	4.363	(1.521)
(-) Baixas líquidas	(4.390)	(2.086)	(9.398)	(36.084)
(-) Depreciação	<u>(13.305)</u>	<u>(12.615)</u>	<u>(60.819)</u>	<u>(69.412)</u>
Saldos no fim do período de nove meses /exercício	<u>220.911</u>	<u>92.175</u>	<u>703.601</u>	<u>560.467</u>

Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	<u>9 meses</u>	<u>12 meses</u>	<u>9 meses</u>	<u>12 meses</u>
Saldos no início do período de nove meses /exercício	18.586	11.527	120.073	82.740
Adições:				
Softwares (inclui gastos com implementação)	7.671	9.749	42.837	61.648
(+/-) Variação cambial	-	-	568	(619)
(-) Baixas líquidas	-	-	(61)	(4.260)
(-) Amortização	<u>(2.461)</u>	<u>(2.690)</u>	<u>(18.174)</u>	<u>(19.436)</u>
Saldos no fim do período de nove meses /exercício	<u>23.796</u>	<u>18.586</u>	<u>145.243</u>	<u>120.073</u>

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Referência</u>
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	
<u>Moeda local</u>					
BNDES - EXIM	-	-	177.306	116.388	A
Financiadora de Estudos e Projetos					
FINEP	-	-	30.172	27.633	B
Debêntures	364.843	352.669	364.843	352.669	C
BNDES	18.742	23.206	93.756	110.996	D
Conta garantida				2.001	E
Capital de Giro	240.643	-	240.643	-	F
BNDES FINAME	-	-	7.998	6.506	G
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	3.015	3.908	H
Arrendamentos mercantis - financeiros	-	-	512	940	I
FINEP subvenção	-	-	191	2.086	J
Total em moeda local	<u>624.228</u>	<u>375.875</u>	<u>918.436</u>	<u>623.127</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>					
BNDES - EXIM	-	-	-	1.229	K
BNDES	2.254	2.479	6.907	7.358	L
Resolução nº 4.131	174.145	50.088	174.145	50.088	M
ACE			15.228		N
Operação internacional - Peru	-	-	10.777	9.861	O
Total em moeda estrangeira	<u>176.399</u>	<u>52.567</u>	<u>207.057</u>	<u>68.536</u>	
Total geral	<u>800.627</u>	<u>428.442</u>	<u>1.125.493</u>	<u>691.663</u>	
Circulante	263.946	60.086	455.100	226.595	
Não circulante	<u>536.681</u>	<u>368.356</u>	<u>670.393</u>	<u>465.068</u>	

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Dezembro de 2011 e março de 2014	Para a parcela com vencimento em dezembro 2011: juros de 7% prefixado a.a. Para a parcela com vencimento em março de 2014, TJLP (462) + 2,5% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	Para parcela com vencimento em 2013 TJLP (b), para parcela com vencimento Maio 2019, juros de 5%a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI (c) com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Março de 2016	Para a parcela com vencimento em março de 2016: TJLP (b) + juros de 1,8% a.a.	Carta de fiança bancária
E	Real	Abril de 2011	123,9% do CDI (c) a.a. + IOF (d)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Janeiro de 2012	105,5% do CDI (c) a.a. + IOF (d)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
G	Real	Setembro de 2016	Juros de 4,5% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
I	Real	Até setembro de 2012	Juros de 99,5% a 102,99% da taxa DI - CETIP (e)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
J	Real	Dezembro de 2012	Não há	Não há
K	Dólar	Fevereiro de 2011	Varição cambial + 8,31% a.a. (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A.
L	Dólar	Abril de 2016	Varição cambial + 1,8% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e Carta de Fiança Bancária
M	Dólar	Maio de 2013 e setembro de 2013	Varição cambial + 3,40% a.a. e variação cambial + 3,88% a.a. (a)	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
N	Dólar	Janeiro de 2012	Varição cambial + 1,10% a.a.	Aval da Natura Cosméticos S.A.
O	Novo sol	Dezembro de 2011	Juros de 4,15% a.a.	Fiança bancária

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(d) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

(e) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
2012 (3 meses)	1.650	6.530	18.771	39.425
2013	528.950	355.820	587.040	379.440
2014	4.500	4.450	32.514	22.963
2015	1.562	1.539	21.710	19.001
2016 em diante	19	17	10.358	4.239
Total	<u>536.681</u>	<u>368.356</u>	<u>670.393</u>	<u>465.068</u>

A seguir, os contratos de empréstimos bancários vigentes:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Programas BNDES - EXIM Pré-embarque e BNDES - EXIM Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP, implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapeceira da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

Notas Explicativas**4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME**

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e Condições Gerais Reguladoras das Operações Relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco do Brasil em 10 de setembro de 2011 com vencimento em 31 de maio de 2013 e valor de principal de US\$ 30.000.

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco Bradesco em 6 de setembro de 2011 com vencimento em 3 de junho de 2013 e valor de principal de US\$ 60.000.

6. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	560	642
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>377</u>
	560	1.019
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(48)</u>	<u>(79)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>512</u>	<u>940</u>

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade cumpria integralmente todas as demais cláusulas restritivas dos contratos.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Fornecedores nacionais e estrangeiros	115.884	78.647	427.840	331.909
Frete a pagar	<u>45.719</u>	<u>34.585</u>	<u>45.917</u>	<u>34.585</u>
	<u>161.603</u>	<u>113.232</u>	<u>473.757</u>	<u>366.494</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros em 30 de setembro de 2011 na controladora e no consolidado é de R\$32.854 e R\$41.504, respectivamente (R\$842 e R\$4.964, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), e refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

Notas Explicativas**16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	Controladora		Consolidado	
	09/2011	12/2010	09/2011	12/2010
ICMS ordinário e ST a pagar (b)	242.889	217.826	321.186	242.676
PIS/COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.789	1.686	107.041	84.908
IRPJ e CSLL a pagar	69.562	99.347	98.562	125.816
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	51.222	33.472	51.222	33.472
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	355	-	3.423	2.261
IRRF	2.970	7.901	5.184	13.203
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	41.699	39.404
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	6.084	6.216	6.239	6.360
Crédito de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (f)	-	-	-	3.768
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (g)	3027	2.893	3.027	2.893
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte a recolher	2.158	5.319	3.082	7.554
PIS/COFINS a pagar	-	-	578	6.663
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	11.908	9.354
ISS a pagar	<u>301</u>	<u>613</u>	<u>1.189</u>	<u>2.799</u>
	<u>380.357</u>	<u>375.273</u>	<u>654.340</u>	<u>581.131</u>
Depósitos judiciais ((b) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(217.162)</u>	<u>(175.575)</u>	<u>(259.016)</u>	<u>(215.125)</u>
Circulante	163.195	199.698	395.324	366.006
Não circulante	217.162	175.575	259.016	215.125

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 30 de setembro de 2011 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e setembro de 2011, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$3.004, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 30 de setembro de 2011, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$131.197, R\$51.626, R\$24.954 e R\$273 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente (R\$119.371, R\$34.969 e R\$12.679 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17. "Passivos contingentes - Risco de perda possível" - item (a). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.
- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2011 é de R\$41.699 (R\$39.404 em 31 de dezembro de 2010). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, prosseguindo com a discussão somente em relação aos créditos sobre os produtos isentos, desistindo, portanto, no tocante à discussão quanto aos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09”). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes.
- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ/CSLL/Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (f) A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discute, por meio de mandados de segurança, o direito ao crédito de IPI nas aquisições de bens para o ativo imobilizado e de materiais de consumo. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (g) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à

Notas Explicativas

decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da súmula vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010 foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009 o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora			
	<u>12/2010</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	2.893	-	-	134
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	<u>6.216</u>	<u>(522)</u>	<u>-</u>	<u>390</u>
	<u>9.109</u>	<u>(522)</u>	<u>-</u>	<u>524</u>
				<u>9.111</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Consolidado				09/2011
	12/2010	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	2.893	-	-	134	3.027
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	6.360	(522)	-	400	6.238
Débitos fiscais de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (c)	<u>3.768</u>	<u>(3.654)</u>	<u>(223)</u>	<u>109</u>	<u>-</u>
	<u>13.021</u>	<u>(4.176)</u>	<u>(223)</u>	<u>643</u>	<u>9.265</u>

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (g) desta mesma nota.

(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

(c) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (f) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Sociedade e suas controladas não se compensarão destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Em setembro de 2011, após a consolidação dos débitos, os processos administrativos foram quitados em parcela única, o que gerou um estorno de provisão.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a quitação dos mesmos, via conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade aguarda o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, após manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Tributários	27.375	29.867	33.719	42.970
Cíveis	11.318	9.284	16.042	14.137
Trabalhistas	<u>11.318</u>	<u>14.131</u>	<u>13.896</u>	<u>16.677</u>
	<u>50.011</u>	<u>53.282</u>	<u>63.657</u>	<u>73.784</u>

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora				Atualização	
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>monetária</u>	<u>09/2011</u>
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	999	424	-	(683)	43	783
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	244	7.806
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	1.160	4.946
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	131	3.473
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - honorários advocatícios (e)	<u>951</u>	<u>-</u>	<u>(635)</u>	<u>-</u>	<u>(316)</u>	<u>-</u>
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>12.561</u>	<u>-</u>	<u>(3.137)</u>	<u>-</u>	<u>943</u>	<u>10.367</u>
Risco tributário total provisionado	<u>29.867</u>	<u>424</u>	<u>(4.438)</u>	<u>(683)</u>	<u>2.205</u>	<u>27.375</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(9.600)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(196)</u>	<u>(9.796)</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Consolidado				Atualização monetária	09/2011
	12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos		
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	1.505	424	(453)	(683)	60	853
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.562	-	-	-	244	7.806
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.452	-	(666)	-	1.159	4.945
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.342	-	-	-	131	3.473
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - honorários advocatícios (e)	6.063	-	(5.588)	-	(475)	-
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (f)	2.191	-	-	-	98	2.289
Honorários advocatícios e outros (g)	<u>17.855</u>	<u>700</u>	<u>(6.377)</u>	<u>-</u>	<u>2.175</u>	<u>14.353</u>
Risco tributário total provisionado	<u>42.970</u>	<u>1.124</u>	<u>(13.084)</u>	<u>(683)</u>	<u>3.392</u>	<u>33.719</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(10.754)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(773)</u>	<u>(11.527)</u>

(a) Refere-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.821 (R\$5.559 em 31 de dezembro de 2010), está depositada judicialmente. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso, que será decidido via Repercussão Geral.

(c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativamente à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 2001 e 2002, respectivamente. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativamente à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

(d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.

(e) Referiam-se aos honorários advocatícios para propositura de ações judiciais que discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no período de fevereiro de 1998 aos dias atuais. Foi revertida a provisão para honorários durante o segundo trimestre de 2011 em virtude da probabilidade de perda na opinião dos advogados ter sido revisada e alterada de remota para possível com base no andamento do *leading case* (ADC-18) em trâmite no Supremo Tribunal Federal, bem como em função da alteração da composição da Corte.

(f) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.

Notas Explicativas

- (g) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado, (i) R\$4.000 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de setembro de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A. Na opinião dos advogados da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; (ii) R\$700 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na Autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos advogados da Sociedade o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora					09/2011
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Diversas ações cíveis (a)	4.828	8.720	(6.691)	(412)	178	6.623
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(64)	-	62	1.510
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>2.944</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>244</u>	<u>3.185</u>
Risco cível total provisionado	<u>9.284</u>	<u>8.720</u>	<u>(6.758)</u>	<u>(412)</u>	<u>484</u>	<u>11.318</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(1.879)</u>

	Consolidado					09/2011
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Diversas ações cíveis (a)	5.717	8.929	(6.847)	(415)	208	7592
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.512	-	(64)	-	62	1.510
Honorários processo IBAMA (c)	3.965	-	(301)	-	91	3.755
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>2.943</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>245</u>	<u>3.185</u>
Risco cível total provisionado	<u>14.137</u>	<u>8.929</u>	<u>(7.215)</u>	<u>(415)</u>	<u>606</u>	<u>16.042</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.976)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(1.985)</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 30 de setembro 2011, são partes em 2.540 ações e procedimentos cíveis (1.211 em 31 de dezembro de 2010), entre os quais 2.449 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Do total provisionado, o montante de R\$ 1.173 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. A opinião dos advogados é que a probabilidade de perda é remota.
- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa nos autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em 2010 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica ("CDB"), tratado internacional firmado

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União - que se recusa a negociar - a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao Órgão Regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 30 de setembro de 2011, são partes em 840 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (766 em 31 de dezembro de 2010), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>09/2011</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>14.131</u>	<u>3.171</u>	<u>(6.130)</u>	<u>146</u>	<u>11.318</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.762)</u>	<u>(359)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.121)</u>
	Consolidado				
	<u>12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>09/2011</u>
Risco trabalhista total provisionado	<u>16.677</u>	<u>3.171</u>	<u>(6.383)</u>	<u>431</u>	<u>13.896</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.410)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.527)</u>

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	73.971	53.809	73.971	53.809
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.300	5.121	5.300	5.121
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.850	4.567	4.850	4.567
Auto de infração IPI (d)	5.385	5.178	5.385	5.178
Processo administrativo - auto de infração ICMS - ST - DF (e)	8.731	25.077	8.731	25.077
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	9.020	15.919	9.020	15.919
Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (g)	29.946	-	29.946	-
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (h)	-	-	9.837	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (i)	1.837	1.779	1.837	1.779
Outras	<u>38.762</u>	<u>55.870</u>	<u>44.170</u>	<u>54.355</u>
	<u>177.802</u>	<u>167.320</u>	<u>193.047</u>	<u>175.642</u>
Cíveis	4.411	3.315	5.184	4.133
Trabalhistas	<u>54.473</u>	<u>61.547</u>	<u>87.181</u>	<u>85.899</u>
	<u>236.686</u>	<u>232.182</u>	<u>285.412</u>	<u>265.674</u>

Notas Explicativas A.

- (a) Em 30 de setembro de 2011, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:
1. ICMS - ST - PR - R\$ 56.939 (R\$46.768 em 31 de dezembro de 2010) - Ação movida pela Sociedade com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST, de forma ilegal, promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a setembro de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 2. ICMS - ST - DF - R\$ 8.691 (R\$5.574 em 31 de dezembro de 2010) - Ação declaratória movida pela Sociedade com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a setembro de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 3. ICMS - ST - MS - R\$3.225 (R\$1.467 em 31 de dezembro de 2010) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2010 a setembro de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 4. ICMS - ST - MT - R\$3.319 em 30 de setembro de 2011 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de outubro de 2009 a julho de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
 5. ICMS - ST - SC - R\$ 1.797 em 30 de setembro de 2011 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de julho e agosto de 2011, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Sociedade.
- (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
- (d) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença no recolhimento de ICMS próprio e ICMS-ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (f) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta desse imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.
- (g) Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Apresentamos defesas administrativas as quais aguardam seu julgamento definitivo.
- (h) Autuação lavrada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
- (i) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 30 de setembro de 2011, totalizavam R\$21.689 (R\$ 20.920 em 31 de dezembro de 2010). Durante o primeiro trimestre foi proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação destes créditos tributários (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência a Sociedade reconheceu os créditos de PIS e COFINS no montante de R\$16.852 na rubrica 'Impostos a recuperar' referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, à crédito do resultado do período na rubrica 'Outras receitas (despesas) operacionais'.

A Sociedade e sua controlada apresentaram recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal a fim de obter o reconhecimento do direito à compensação dos respectivos tributos recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores à data de propositura de ambas as ações, bem como, no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., o direito de compensar esses créditos com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. A Sociedade já apresentou e aguarda a habilitação dos respectivos créditos reconhecidos para efetiva compensação destes com débitos referentes a tributos e contribuições federais.

Notas Explicativas

- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 30 de setembro de 2011, totalizavam R\$215.520 (R\$288.584 em 31 de dezembro de 2010). A opinião dos advogados é que a probabilidade de êxito é possível.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2010, o capital da Sociedade era R\$418.061.

No primeiro trimestre de 2011 foram subscritas 153.230 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$24,78, totalizando R\$3.797, passando o capital social da Sociedade em 31 de março de 2011 para 431.034.646 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$421.858. O capital autorizado passou de 10.428.709 para 10.275.479 ações nominativas ordinárias.

No segundo trimestre de 2011 foram subscritas 200.059 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$25,51, totalizando R\$5.104, passando o capital social da Sociedade em 30 de junho de 2011 para 431.234.705 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$426.962. O capital autorizado passou de 10.275.479 para 10.075.420 ações nominativas ordinárias.

No terceiro trimestre de 2011 foram subscritas 4.559 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$24,71, totalizando R\$111, passando o capital social da Sociedade em 30 de setembro de 2011 para 431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$427.073. O capital autorizado passou de 10.075.420 para 10.070.861 ações nominativas ordinárias.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Em 14 de abril de 2011 foram pagos dividendos no valor total de R\$405.623 (R\$0,9414 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$24.456 (R\$0,0567 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2011 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011, referente ao lucro líquido do exercício de 2010, que somados aos R\$253.947 de dividendos e R\$35.427 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2010, correspondem a uma distribuição de aproximadamente 95% do lucro líquido auferido no exercício de 2010.

Em 20 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a proposta para pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2011, nos montantes de R\$295.302 (R\$0,68 por ação) e R\$37.507, bruto de IRRF (R\$0,087 bruto por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 98% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2011.

c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu durante o período 3.066.300 de ações ordinárias, ao preço médio de R\$34,06, para atender ao exercício das opções outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade, assim como aos administradores e colaboradores das Sociedades controladas direta ou indiretamente. Adicionalmente às aquisições de ações no período, foram utilizadas nos exercícios de opções um total de R\$895 a um custo médio unitário de R\$32,92.

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

		09/2011	
	Quantidade de ações	R\$ (em milhares)	Preço médio por ação - R\$
Saldo no início do período	655	14	21,37
Compras	3.066.300	104.452	34,06
Utilizadas	<u>(27.184)</u>	<u>(895)</u>	<u>32,92</u>
Saldo no fim do período	<u>3.039.771</u>	<u>103.571</u>	<u>34,07</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

Notas Explicativas

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2010, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$23.421 (R\$82.988 em 31 de dezembro de 2009). A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2011 e ratificado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2011.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

19. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil, América Latina ("LATAM") e demais países. Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (i) Argentina, Chile e Peru; e (ii) México, Venezuela e Colômbia. Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares através da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma no período de nove meses de 2011:

- Brasil: 91,3%.
- Argentina, Chile e Peru: 5,8%.
- México, Venezuela e Colômbia: 2,6%.
- Outros: 0,3%.

Embora os segmentos internacionais não representem mais que 10% das informações necessárias para se agregar um segmento, conforme critérios de agregação descritos na IFRS 8, a Administração possui fortes indicadores de que seus negócios no exterior sofrerão aumento significativo em sua representatividade perante os saldos financeiros consolidados, e, dessa forma, a Administração optou por divulgá-los separadamente.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Sociedade para 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas.

Contas de resultado

	09/2011				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	3.577.974	619.213	(73.953)	(33.469)	(266.612)
Argentina, Chile e Peru	227.889	(14.958)	(3.014)	(808)	(2.589)
México e Colômbia	103.532	(50.749)	(1.605)	(1.458)	(491)
Outros (*)	<u>11.501</u>	<u>(13.312)</u>	<u>(421)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>3.920.896</u>	<u>540.194</u>	<u>(78.993)</u>	<u>(35.735)</u>	<u>(269.692)</u>

	09/2010				
	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Depreciação e amortização</u>	<u>Resultado financeiro</u>	<u>Imposto de renda</u>
Brasil	3.319.703	594.721	(60.810)	(33.592)	(271.754)
Argentina, Chile e Peru	181.871	(21.713)	(2.391)	(143)	(1.794)
México, Venezuela e Colômbia	68.249	(30.643)	(1.627)	(1.118)	(407)
Outros (*)	<u>9.399</u>	<u>(17.616)</u>	<u>(508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>3.579.222</u>	<u>524.749</u>	<u>(65.336)</u>	<u>(34.853)</u>	<u>(273.955)</u>

Contas patrimoniais

	09/2011			12/2010		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo total</u>	<u>Passivo circulante</u>
Brasil	1.545.931	3.211.275	1.407.999	1.305.450	2.970.381	1.074.101
Argentina, Chile e Peru	20.456	169.237	88.727	19.489	156.666	76.802
México, Venezuela e Colômbia	11.137	97.741	33.088	10.858	69.041	33.009
Outros (*)	<u>18.293</u>	<u>30.000</u>	<u>7.443</u>	<u>16.177</u>	<u>25.783</u>	<u>6.738</u>
Consolidado	<u>1.595.817</u>	<u>3.508.253</u>	<u>1.537.257</u>	<u>1.351.974</u>	<u>3.221.871</u>	<u>1.190.650</u>

(*) Inclui operações da França e Corporativo Latam.

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelas Consultoras(es) Natura denominada “Cosméticos”. Desta forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas**20. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Receita bruta:				
Mercado interno	4.868.846	4.515.745	4.866.967	4.516.237
Mercado externo	-	-	435.148	331.434
Outras vendas	-	-	1.099	1.076
	<u>4.868.846</u>	<u>4.515.745</u>	<u>5.303.214</u>	<u>4.848.747</u>
Devoluções e cancelamentos	(7.719)	(6.045)	(7.719)	(6.045)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(742.465)</u>	<u>672.665</u>	<u>(1.374.599)</u>	<u>(1.263.480)</u>
Receita líquida	<u>4.118.662</u>	<u>3.837.035</u>	<u>3.920.896</u>	<u>3.579.222</u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

- a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Custo dos produtos vendidos	1.664.793	1.586.255	1.169.931	1.076.198
Despesas com vendas	1.103.032	970.050	1.409.630	1.203.562
Despesas gerais e administrativas	590.113	490.021	507.013	441.587
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	<u>9.711</u>	<u>10.210</u>	<u>9.711</u>	<u>10.210</u>
Total	<u>3.367.649</u>	<u>3.056.536</u>	<u>3.096.285</u>	<u>2.731.557</u>

- b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	1.664.793	1.586.255	971.703	881.484
Despesas com marketing	694.990	591.140	738.680	628.987
Despesas com fretes	182.012	151.469	195.989	162.490
Despesas com prestação de serviços	55.526	40.402	129.741	102.924
Benefícios pagos a colaboradores e Administradores (nota explicativa nº 22)	190.063	180.551	429.087	408.510
Depreciação e amortização	15.766	9.506	78.993	59.625
Outras despesas	29.243	29.522	552.092	487.537
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	352.553	297.168	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	<u>182.703</u>	<u>170.524</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.367.649</u>	<u>3.056.536</u>	<u>3.096.285</u>	<u>2.731.557</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

22. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Salários e bonificações	134.772	133.971	309.177	304.951
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.1)	2.067	1.666	3.267	1.867
Ganho de executivos	4.540	2.526	9.717	8.259
Impostos e contribuições sociais	<u>48.684</u>	<u>42.388</u>	<u>106.926</u>	<u>93.433</u>
	<u>190.063</u>	<u>180.551</u>	<u>429.087</u>	<u>408.510</u>

22.1. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

No âmbito desse novo modelo do programa, foram outorgadas 1.491.780 opções em 23 de março de 2011, pelo preço de exercício de R\$42,39.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	09/2011		12/2010	
	<u>Preço médio de exercício por ação - R\$</u>	<u>Opções (milhares)</u>	<u>Preço médio de exercício por ação - R\$</u>	<u>Opções (milhares)</u>
Saldo no início do período/exercício	28,10	6.839	23,22	5.538
Concedidas	42,39	1.492	34,17	2.176
Canceladas	28,26	(454)	22,80	(268)
Exercidas	<u>25,13</u>	<u>(385)</u>	<u>22,74</u>	<u>(607)</u>
Saldo no fim do período/exercício	<u>32,34</u>	<u>7.492</u>	<u>28,10</u>	<u>6.839</u>

Das 7.492 mil opções existentes em 30 de setembro de 2011 (6.839 mil opções em 31 de dezembro de 2010), 1.246 mil opções (822 mil opções em 31 de dezembro de 2010) são exercíveis. As opções exercidas em 2011 resultaram na emissão de 358 mil ações (607 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010) e na utilização de 27 mil ações do saldo de Ações em tesouraria.

Notas Explicativas

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$4.540 e R\$9.717 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$2.526 e R\$8.259, respectivamente, na controladora e no consolidado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 30 de setembro de 2011:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de Exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
29 de março de 2006	31,51	333.517	0,47	333.517
24 de abril de 2007	29,79	481.638	1,59	481.638
22 de abril de 2008	23,13	862.225	2,60	431.113
22 de abril de 2009	25,23	2.288.610	5,64	-
19 de março de 2010	37,02	2.034.247	6,56	-
21 de março de 2011	43,21	<u>1.491.780</u>	7,57	-
		<u>7.492.017</u>		<u>1.246.268</u>

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
16 de março de 2005	20,25	82.981	0,21	82.981
29 de março de 2006	30,17	414.120	1,23	414.120
24 de abril de 2007	28,53	650.333	2,35	325.167
22 de abril de 2008	22,16	1.128.902	3,36	-
22 de abril de 2009	24,17	2.436.105	6,40	-
19 de março de 2010	35,46	<u>2.126.372</u>	7,32	-
		<u>6.838.813</u>		<u>822.268</u>

Em 30 de setembro de 2011, o preço de mercado era de R\$32,00 (R\$47,69 em 31 de dezembro de 2010) por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 foram:

- Preço médio da ação nos últimos trinta dias de pregão antes da outorga de R\$46,09 (R\$35,17 em 31 de dezembro de 2010).
- Volatilidade de 36% (37% em 31 de dezembro de 2010).
- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,98% (10,8% em 31 de dezembro de 2010).

23. BENEFÍCIOS A COLABORADORES**23.1. Plano de previdência complementar**

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido sob a forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 30 de setembro de 2011, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$2.067 na controladora e R\$3.267 no consolidado, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (R\$1.666 na controladora e R\$1.867 no consolidado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010), as quais foram registradas como despesa no resultado.

23.2. Plano de assistência médica

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 30 de setembro de 2011, o plano contava com 304 e 2.165 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$14.708 e R\$22.372 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$13.123 e R\$19.742, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2010), a qual foi calculada por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual anual (em termos nominais) <u>2011</u>
Taxa de desconto financeiro	11,2
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP 2000

Notas Explicativas**24. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	17.765	10.300	43.458	24.922
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	-	3.908	3.364	-
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	33.239	3.955	34.717	4.413
Outras receitas financeiras	<u>18.349</u>	<u>14.642</u>	<u>18.043</u>	<u>10.492</u>
	<u>69.353</u>	<u>32.805</u>	<u>99.582</u>	<u>39.827</u>
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(45.773)	(30.350)	(62.747)	(41.440)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	(22.988)	(11.400)	(27.431)	(6.167)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(18.289)	(7.395)	(18.374)	(8.487)
Outras despesas financeiras	<u>(20.778)</u>	<u>(11.120)</u>	<u>(26.765)</u>	<u>(18.586)</u>
	<u>(107.828)</u>	<u>(60.265)</u>	<u>(135.317)</u>	<u>(74.680)</u>
Receitas (despesas) financeiras	<u>(38.475)</u>	<u>(27.460)</u>	<u>(35.735)</u>	<u>(34.853)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	3.364	-
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(27.431)</u>	<u>(6.167)</u>
	<u>(24.067)</u>	<u>(6.167)</u>
Abertura:		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	(22.132)	(2.952)
Variações monetárias dos financiamentos	(83)	29
Variações cambiais das importações	(2.494)	(735)
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	(2.272)	(1.261)
Variação cambial dos recebíveis de exportação	<u>2.914</u>	<u>(1.248)</u>
	<u>(24.067)</u>	<u>(6.167)</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Ganho (perda) na venda de imobilizado	(2.395)	1.021	(5.733)	(14.719)
Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	11.887	-	16.852	-
Outras despesas operacionais líquidas	<u>(7.334)</u>	<u>(3.551)</u>	<u>9.891</u>	611
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>2.158</u>	<u>(2.530)</u>	<u>21.010</u>	<u>(14.108)</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

- (*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 17, item (a) de ativos contingentes.

26. LUCRO POR AÇÃO**26.1. Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	540.194	524.749
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>431.092.873</u>	<u>430.536.936</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(394.712)</u>	<u>(655)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>430.698.162</u>	<u>430.536.281</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,2542</u>	<u>1,2188</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. As únicas ações ordinárias potenciais com efeito dilutivo são opções de compra de ações.

	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	540.194	524.749
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>430.698.162</u>	<u>430.536.281</u>
Ajuste por opções de compra de ações	<u>518.496</u>	<u>2.148.307</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	<u>431.216.658</u>	<u>432.684.588</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,2527</u>	<u>1,2128</u>

Notas Explicativas**27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****27.1. Saldos e transações**

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	10.404	13.143
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	16.173	12.218
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	<u>43</u>	<u>-</u>
	<u>26.620</u>	<u>25.361</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	347.453	153.597
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	21.602	47.356
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	<u>12.882</u>	<u>45.636</u>
	<u>381.937</u>	<u>246.589</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>226</u>	<u>163</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>	<u>09/2011</u>	<u>09/2010</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	2.314.339	2.102.503	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	2.174.323	1.982.775
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	25.106	24.316
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	38.676	28.704
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	25.220	22.543
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	29.589	25.054
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	16.238	16.413
Natura Europa SAS - França	-	-	4.606	2.305
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	473	364
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	108	29
	<u>2.314.339</u>	<u>2.102.503</u>	<u>2.314.339</u>	<u>2.102.503</u>

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

	Venda de serviços		Contratação de serviços	
	09/2011	09/2010	09/2011	09/2010
Estrutura administrativa: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	352.553	297.168	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	263.437	222.176
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	55.176	46.204
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	33.940	28.788
	<u>352.553</u>	<u>297.168</u>	<u>352.553</u>	<u>297.168</u>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	182.703	170.524	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	182.703	170.524
	<u>182.703</u>	<u>170.524</u>	<u>182.703</u>	<u>170.524</u>
Pesquisas e testes "in vitro": (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	2.108	2.662	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	2.108	2.662
	<u>2.108</u>	<u>2.662</u>	<u>2.108</u>	<u>2.662</u>
Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	5.444	5.045	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	3.154	2.923
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1.268	1.175
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	1.022	947
	<u>5.444</u>	<u>5.045</u>	<u>5.444</u>	<u>5.045</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>2.857.147</u>	<u>2.577.903</u>	<u>2.857.147</u>	<u>2.577.903</u>

(a) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

(b) Refere-se a adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.

(c) Valores a pagar pela compra de produtos.

(d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).

(e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).

Notas Explicativas

- (f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.
- (g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.
- (h) Prestação de serviços de pesquisas e testes “in vitro”.
- (i) Refere-se à locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapeperica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram os resultados do período e exercício findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada através de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas efetuadas para partes não relacionadas totalizaram R\$3.928 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (R\$5.650 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 14, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Sociedade está assim composta:

	09/2011			09/2010		
	Remuneração			Remuneração		
	Variável			Variável		
	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>	<u>Fixa</u>	<u>(*)</u>	<u>Total</u>
Conselho de Administração	2.777	1.238	4.015	2.244	1.383	3.627
Diretores estatutários	<u>4.125</u>	<u>1.571</u>	<u>5.696</u>	<u>3.664</u>	<u>2.919</u>	<u>6.583</u>
	<u>6.902</u>	<u>2.809</u>	<u>9.711</u>	<u>5.908</u>	<u>4.302</u>	<u>10.210</u>
Diretores não estatutários	<u>22.732</u>	<u>11.896</u>	<u>34.628</u>	<u>17.693</u>	<u>10.116</u>	<u>27.809</u>

(*) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

Notas Explicativas

Natura Cosméticos S.A.

27.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	09/2011		09/2010	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Diretores estatutários	<u>1.700.155</u>	<u>32,34</u>	<u>1.517.014</u>	<u>27,48</u>
Diretores não estatutários	<u>3.173.327</u>	<u>32,34</u>	<u>3.018.826</u>	<u>27,48</u>

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("nonvested"), não exercidas, nas datas dos balanços.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**28.1. Contratos de fornecimento de insumos**

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 30 de setembro de 2011, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados através das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor presente, segundo o contrato, são:

	<u>09/2011</u>	<u>12/2010</u>
Menos de um ano	2.924	3.899
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.591	9.591
Mais de cinco anos	<u>2.578</u>	<u>2.578</u>
	<u>15.093</u>	<u>16.068</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as "Casas Natura" no Brasil e no exterior.

Notas Explicativas

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra ao término dos contratos, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em uma média de dois anos.

Em 30 de setembro de 2011, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	305	1.333
2012	1.217	3.426
2013 em diante	<u>3.806</u>	<u>7.221</u>
	<u>5.328</u>	<u>11.980</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de setembro de 2011, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	916.659
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.151 veículos	48.696
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.615.685

30. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

As presentes demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 26 de outubro de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1) COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA****NATURA COSMÉTICOS S.A.****1. Composição Acionária – Base 30/09/11**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8415%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8030%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1983%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1981%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1396%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2494%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2316%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2423%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2370%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6914%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,8322%
	AÇÕES EM TESOURARIA B	3.039.771	0,7049 %
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	167.795.151	38,9100%
	TOTAL GERAL A + B + C + D	431.239.264	100,0000 %

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	34.402	0,0080%
B	DIRETORIA	2.352.721	0,5456%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.387.123	0,5535%

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRS. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabricius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. Composição Acionária – Base 30/09/10**

	ACIONISTAS	AÇÕES ON	PORCENTAGEM %
1	Antonio Luiz da Cunha Seabra	3.628.920	0,8424%
2	Guilherme Peirão Leal	3.462.917	0,8038%
3	Pedro Luiz Barreiros Passos	855.038	0,1985%
4	Anízio Pinotti	854.160	0,1983%
5	Ronuel Macedo de Mattos	602.081	0,1398%
6	Lisis Participações S.A.	95.946.968	22,2718%
7	Utopia Participações S.A.	91.557.964	21,2530%
8	Passos Participações S.A.	22.606.809	5,2476%
9	ANP Participações S.A.	22.583.608	5,2423%
10	RM Futura Participações S.A.	15.918.754	3,6952%
	TOTAL ACIONISTAS CONTROLADORES (A)	258.017.219	59,8927 %
	AÇÕES EM TESOURARIA B	655	0,0002 %
	AÇÕES EM CIRCULAÇÃO C	170.325.566	39,5371 %
	TOTAL GERAL A + B + C + D	430.799.310	100,0000 %

	AÇÕES DOS ADMINISTRADORES	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL %
A	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	138.465	0,0321%
B	DIRETORIA	2.317.405	0,5379%
C	TOTAL DE AÇÕES DOS ADMINISTRADORES D (A + B)	2.455.870	0,5701 %

- NO GRUPO "AÇÕES DOS ADMINISTRADORES" ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTATUTÁRIOS DA NATURA COSMÉTICOS S.A.;
- AS AÇÕES DOS ADMINISTRADORES QUE SÃO CONTROLADORES, SRS. ANTONIO LUIZ DA CUNHA SEABRA, GUILHERME PEIRÃO LEAL, PEDRO LUIZ BARREIROS PASSOS ESTÃO INCLUÍDAS NO GRUPO "ACIONISTAS CONTROLADORES";
- O CONSELHO FISCAL NÃO ESTÁ INSTALADO;
- O CONCEITO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2º, DA LEI 6.404/76.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

LISIS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.628/0001-80		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Antonio Luiz da Cunha Seabra CPF/MF n.º 332.927.288-00	19.012.949	100%
Lucia Helena Rios Seabra CPF/MF n.º 055.336.688-29	10	-
TOTAL	19.012.959	100%

UTOPIA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 04.819.657/0001-36		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Guilherme Peirão Leal CPF/MF n.º 383.599.108-63	5.716.131	48,8%
Felipe Pedroso Leal CPF/MF n.º 252.495.598-24	3.003.840	25,6%
Ricardo Pedroso Leal CPF/MF n.º 269.535.658-70	3.003.840	25,6%
TOTAL	11.723.811	100%

ANP PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.717/0001-82		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Anízio Pinotti CPF/MF n.º 062.244.238-49	4.503.903	99,99%
Norma Regina Pinotti CPF/MF n.º 187.890.098-60	365	0,01%
Vinicius Pinotti CPF/MF n.º 272.056.278-50	100	-
Fabircius Pinotti CPF/MF n.º 290.883.888-57	100	-
TOTAL	4.504.468	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

PASSOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.561.635/0001-81		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Pedro Luiz Barreiros Passos CPF/MF n.º 672.924.618-91	5.116.906	99,99%
Márcia Regina Ruggiero Passos CPF/MF n.º 766.032.888-34	365	0,01%
Guilherme Ruggiero Passos CPF/MF n.º 219.929.778-01	1	-
Patrícia Ruggiero Passos CPF/MF n.º 220.814.928-90	1	-
TOTAL	5.117.273	100%

RM FUTURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF n.º 05.490.725/0001-29		
ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL
Ronuel Macedo de Mattos CPF/MF n.º 553.144.148-72	3.155.707	99,99%
Maria Heli Dalla Colleta de Mattos CPF/MF n.º 436.825.888-68	365	0,01%
Gustavo Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 196.793.638-21	1	-
Fabio Dalla Colletta de Mattos CPF/MF n.º 184.090.138-19	1	-
TOTAL	3.156.074	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2) ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

3) RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº381/03, informamos que os auditores independentes da companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, não prestaram durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Natura Cosméticos S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja prestação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

São Paulo, 26 de outubro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Natura Cosméticos S.A.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

São Paulo, 26 de outubro de 2011.